



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Uber

PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE POLICIAIS PARA O ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

SÃO PAULO/SP OUTUBRO/2020



PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE POLICIAIS PARA O ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

FICHA INSTITUCIONAL

Conselho de Administração

Cristiane do Socorro Loureiro Lima – *Presidente*

Conselheiros

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*

Arthur Trindade Maranhão Costa

Ascânio Rodrigues Correia Junior

Cássio Thyone A. de Rosa

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Elisandro Lotin de Souza

Jésus Trindade Barreto Jr.

Isabel Figueiredo

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Thandara Santos

Conselho Fiscal

Camila Caldeira Nunes Dias

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Patricia Nogueira Pröglhöf

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenador de Projetos

David Marques

Coordenadora Institucional

Juliana Martins

Equipe técnica

Amanda Pimentel

Betina Warmling Barros

Dennis Pacheco

Isabela Sobral

Talita Nascimento (estagiária)

Amanda Lagreca Cardoso (estagiária)

Pesquisadora associada

Sofia Reinach

Equipe Administrativa

Débora Lopes

Elaine Rosa

Sueli Bueno

FICHA TÉCNICA PROJETO

Supervisão Geral

Renato Sérgio de Lima

Coordenação técnica

Samira Bueno

Equipe Técnica

Carolina Pereira

David Marques

Isabela Sobral

Talita Nascimento

Consultoras

Fiona Macaulay

Juliana Martins

Projeto Gráfico

Oficina 22

Este Manual é dedicado à professora **Juliana Cristina Teles Avelar**, nascida em Franca, em 17 de setembro de 1974. Juliana era Escrivã de Polícia desde 1994 e trabalhava no Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior - Deinter 3 - Ribeirão Preto. Professora da Academia de Polícia desde 2017, exerceu a docência com esmero e dedicação, compartilhando seus conhecimentos com policiais civis de diversas carreiras. Profissional diligente, deixa um exemplo de atuação pautada no comprometimento com o ensino e com a sociedade.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Apresentação	7
O Fórum Brasileiro de Segurança Pública	10
A Parceria com a Uber	11
Histórico do Manual	
Como surgiu esse projeto?	14
Oficinas para policiais.....	14
Selo FBSP de Práticas Inovadoras no Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.....	15
Para quem é o Manual?	16
Como utilizar o Manual	18

CAPÍTULO 2: GÊNERO E VIOLÊNCIA

Introdução	21
O que é gênero?	21
Sexo e gênero	21
Como sexo e gênero se relacionam com os temas de homossexualidade e pessoas transgênero?	22
Diversidade de gênero e a legislação	23
O que é violência?	24
A relação entre gênero e violência: violências contra a mulher	24
As principais leis e normativas internacionais e nacionais	28

CAPÍTULO 3: PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DO MANUAL

Apresentação	33
Três tipos de competência: disposição e integração	34
Valorize a experiência dos/as próprios/as participantes	36
Trabalho em grupo	37
Avaliação apreciativa e interatividade	38
O uso de dramatização	40
Você, como facilitador/a	43
Como se sentir confiante no papel de facilitador/a	43
Quais as principais responsabilidades de um/a facilitador/a?	44
Algumas questões práticas a serem consideradas ao planejar suas aulas	46
Planejamento de curso e das aulas	47

CAPÍTULO 4: ATIVIDADES E EXERCÍCIOS PRÁTICOS 52

A: Construindo habilidades de comunicação.....	54
B: Entendendo violência baseada em gênero e atitudes sociais.....	73
C: Compreendendo e aplicando as leis sobre violência contra a mulher	90
D: Práticas policiais e a construção de uma rede de proteção local.....	105

CAPÍTULO 5: PARA SABER MAIS126



CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO



APRESENTAÇÃO

No mundo todo, mulheres e meninas continuam sendo vítimas de formas muito específicas de violência, geralmente relacionadas a expectativas sociais sobre papéis de gênero. Essas formas de violência podem variar entre assédio sexual na rua a estupro e violência sexual, violência doméstica e até homicídio (feminicídio). No Brasil, o número de feminicídios continua a crescer, assim como o de estupros e registros de violência doméstica, de acordo com o último Anuário de Segurança Pública.¹

VIOLÊNCIA SEXUAL



66.041
registros
em 2018
o maior já
registrado

180
estupros por dia



Crescimento de
4,1%

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Um registro a cada
2 MIN

263.067 casos
de lesão corporal dolosa



Crescimento de
0,8%



FEMINICÍDIO

1.206
vítimas



Crescimento de
11,3%

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019

Outra pesquisa recente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre vitimização de mulheres no Brasil revela que, em 2019, o local onde as mulheres mais sofreram violência foi a própria casa (42%). Depois de terem sofrido violência, 52% não fez nada, 10,3% procurou uma delegacia da mulher, 8% uma delegacia comum, 5% ligou para o serviço de emergência da Polícia Militar, o 190, e 15% pediu ajuda à família. Em relação ao autor da violência, 76,4% das mulheres afirmaram que ele era alguém conhecido: cônjuge/

¹ http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf.

companheiro/ namorado (23,8%), um vizinho (21,1%) ou um ex-cônjuge/ ex-companheiro/ ex-namorado (15,2%).²

Esses dados nos mostram a complexidade existente no que se refere ao atendimento a essas mulheres por parte das instituições de segurança pública: a mulher sofre violência principalmente em sua casa, cometida por conhecidos e pessoas em quem ela confia(va) e provavelmente tinha uma relação íntima e afetiva. Isso, por si só, já traz a necessidade para os/as policiais de desconstruírem a ideia do infrator como “inimigo do estado” construída na sua formação enquanto policial, quando neste caso ele pode ser o vizinho, o colega, o parceiro de bebedeiras, o cidadão aparentemente “de bem”. Os números só crescem e a maior parte dessas vítimas não chega a acessar o sistema de segurança pública. Como, então, as instituições policiais podem trabalhar no sentido de promover um atendimento adequado, de criar condições para que essas mulheres confiem na polícia e, ainda, possam prevenir que novas violências aconteçam? Acreditamos que um importante passo seria empoderar a polícia, através da educação policial, a entender “as raízes culturais (da violência contra as mulheres)” e a contribuir à “desconstrução das normas sociais que contribuem para a desigualdade de gênero”.³

Muitas vezes a polícia é o primeiro recurso de proteção a ser procurado pela mulher quando ela busca interromper o ciclo de violência. As mulheres podem ligar no 190, procurar uma delegacia ou ainda pedir ajuda a um/a policial na rua. Um dos principais desafios no enfrentamento da violência de gênero no Brasil é garantir que as organizações policiais prestem atendimento de qualidade às vítimas. Mesmo com tanta dificuldade, existem inúmeros/as policiais dedicados/as nas patrulhas das Polícias Militares, nas delegacias e nas Guardas Civis Municipais trabalhando duro para proteger vítimas e reduzir os índices de violência doméstica.

Em vários estados, os chamados pelo número 190 da Polícia Militar para situações de violência doméstica são uma das principais demandas para atendimento. Em Alagoas e Distrito Federal está em segundo lugar, logo após de perturbação do sossego. No primeiro semestre de 2019 no Rio de Janeiro, da Central 190 da Polícia Militar foram atendidas 25.953 denúncias de crimes contra as mulheres, uma média de 143 por dia. O número é quase

² http://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-uitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/

³ *Ibidem.* p. 7

o dobro das ligações para averiguação de disparos de alarme, que foram o segundo maior motivo de atendimentos.⁴

As ocorrências de violência doméstica e de violência sexual formam uma grande parte da rotina de trabalho de muitos/as policiais. Desde 1985, as polícias brasileiras estabeleceram excelentes unidades especializadas para abordar a violência contra as mulheres e aplicar a Lei Maria da Penha como, por exemplo, as Delegacias da Mulher, da Polícia Civil, e as patrulhas ou rondas Maria da Penha realizadas por algumas Polícias Militares e Guardas Civis Municipais. Mas ainda é muito pouco! Existem menos do que 500 delegacias da mulher, localizadas em apenas 8,3% dos municípios brasileiros e ainda menos patrulhas Maria da Penha. Isso significa que é mais provável que uma mulher em situação de violência receba assistência de um/a policial que não seja um/a especialista. Por isso, é importante que todo/a policial e instituição policial no país sejam treinados para compreenderem as especificidades da violência contra as mulheres e as melhores formas de responder a ela. A Lei Maria da Penha estabelece em seu artigo 8º que uma das medidas integradas de proteção deveria ser “a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Civil Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados... quanto às questões de gênero e de raça ou etnia”.

No entanto, policiais normalmente não recebem treinamento adequado ou suficiente em violência baseada em gênero, uma forma social de violência que é muito comum, mas que também é bastante complexa. Suas instituições de origem ou não oferecem, ou oferecem formação insuficiente. A maioria dos/as policiais aprendem na prática, com seus/suas colegas, ou utilizam o “bom senso” e essa não é a melhor estratégia.

O FBSP reconhece o compromisso e dedicação de milhares de policiais brasileiros trabalhando na proteção de mulheres em situação de violência. Nós sabemos que esses profissionais estão em busca de mais capacitação para melhorarem suas habilidades profissionais. Esse Manual e respectiva página no site do FBSP pretendem te auxiliar na formação e capacitação de novos/as policiais ou colegas para que adquiram um entendimento comum sobre o tema, sobre as leis mais importantes, sobre as competências específicas de sua instituição e outros atores envolvidos no enfrentamento da violência

4 <https://oglobo.globo.com/rio/denuncias-de-crimes-contramulher-ja-sao-maior-queixa-recebida-da-central-190-da-pm-no-rio-23832091>

contra as mulheres. Vai ajudar você e seus/suas colegas a trabalharem juntos/as para efetivamente combater a violência contra as mulheres e identificar e desenvolver boas práticas e procedimentos.

O FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) é uma organização não-governamental e sem fins lucrativos criada em 2006 e dedicada a construir um ambiente de referência e cooperação técnica na área da segurança pública. A organização é integrada por pesquisadores, cientistas sociais, gestores públicos, policiais federais, civis e militares, operadores da justiça e profissionais de entidades da sociedade civil que juntos contribuem para dar transparência às informações sobre violência e políticas de segurança e encontrar soluções baseadas em evidências.

O FBSP estrutura suas atividades em torno de um pensamento estratégico que valoriza a informação como eixo de transformação e mudança social. Na prática, isso se traduz em um programa de trabalho pautado na circulação de dados e de conhecimento acerca da realidade da área e, ainda, na aproximação e na construção de pontes de diálogo entre diferentes segmentos que lidam cotidianamente com o tema. Acreditamos que Segurança Pública é um serviço público que deve ser baseado na prevenção e na repressão qualificada, com respeito à equidade, à dignidade humana e guiado pelo respeito aos Direitos Humanos e ao Estado democrático de Direito.

Desde 2015 o FBSP incluiu de forma permanente em sua agenda o tema do enfrentamento da violência contra mulheres e meninas. Além dos dados levantados pelo FBSP desde o primeiro Anuário Brasileiro de Segurança Pública referentes à violência contra as mulheres, realizamos em 2016 a pesquisa *A polícia precisa falar sobre estupro*,⁵ duas edições da pesquisa *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil* (2017 e 2019),⁶ e também desde 2016 são realizados oficinas sobre essa temática para profissionais de segurança pública de todo o Brasil coordenadas por Fiona Macaulay e Juliana Martins, autoras deste Manual.

5 FBSP, 2016

6 http://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil/ e http://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/

Desde que começamos a divulgar os números de violência contra as mulheres eles vêm crescendo a cada ano. Isso se deve a inúmeros fatores: melhora nos registros, melhora nos canais de denúncia, maior compreensão dos profissionais e sociedade sobre a importância de nos reposicionarmos, mas também porque, apesar dos avanços, a violência contra mulheres e meninas continua aumentando. E é inaceitável saber que a cada dois minutos no Brasil uma mulher sofre uma agressão em decorrência de violência doméstica; que mulheres ainda são assassinadas porque queimaram o feijão ou porque terminaram um relacionamento. É com essa indignação que o FBSP tem se mantido firme no propósito de conferir transparência e visibilidade aos números relacionados à violência contra meninas e mulheres para que possamos ter a real dimensão do problema que temos que enfrentar.

Portanto, buscando contribuir para o aprimoramento das políticas públicas na área e melhoria da atuação dos profissionais que compõem a rede de proteção a mulheres e meninas vítimas de violência, esperamos que este Manual possa contribuir para o aperfeiçoamento de profissionais da segurança pública através de uma metodologia inovadora e fornecendo instrumentos para que policiais possam rever e melhorar sua prática.

Samira Bueno

Diretora-Executiva do FBSP

Juliana Martins

Coordenadora Institucional do FBSP

A PARCERIA COM A UBER

A parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública é parte do compromisso público da Uber com o enfrentamento à violência contra as mulheres. Além do apoio às oficinas para policiais e à publicação deste manual, a Uber se uniu ao Fórum também nos Encontros Anuais de 2018 e 2019. Por meio dessa parceria, queremos contribuir com o trabalho fundamental que vem sendo desenvolvido pelo Fórum para pensar de forma qualificada sobre os desafios da segurança pública no Brasil e buscar conjuntamente com outros atores sociais os melhores caminhos e soluções.

Os dados divulgados pelo Fórum em 2019 e nos anos anteriores reforçam a importância de se debater temas relacionados à segurança pública, um assunto que muito nos interessa: afinal, o aplicativo da Uber conecta, no mundo digital, pessoas que depois vão se encontrar no mundo físico, juntando quem quer se deslocar do ponto A para o ponto B com motoristas parceiros que querem gerar renda; ou quem quer fazer uma refeição sem sair de casa, contando com entregadores parceiros. Ou seja, a operação da Uber no mundo real está inserida na sociedade, com todos os desafios que daí decorrem.

A Uber tem segurança como prioridade e tem utilizado a tecnologia como ferramenta para proporcionar mais recursos de segurança para todos os seus usuários e motoristas parceiros. A simplicidade do aplicativo permitiu que ele passasse a ser também uma realidade presente em regiões mais periféricas de grandes cidades, onde há menos alternativas de mobilidade - e onde seu uso mais tem crescido. São também as regiões que mais sofrem com a violência urbana e com problemas de segurança pública, exigindo o desafio de equilibrar acesso e segurança. Ao gerar alternativas de mobilidade e ampliar o acesso da população a diferentes formas de locomoção, assumimos a premissa de que todas as pessoas devem ter o direito de escolher de que forma querem se movimentar pelas cidades, sem que o medo seja um obstáculo a essa decisão. Trata-se também de uma opção a mais para trajetos de “última milha”, que são aqueles iniciados ou encerrados em terminais de ônibus ou estações finais de metrô, além de uma alternativa para evitar a combinação perigosa entre álcool e direção.

No entanto, sabemos que pensar na segurança inclui também a parceria com a sociedade civil e as organizações que são especializadas no assunto - especialmente em temas que são estruturais, que refletem problemas sociais complexos e sistêmicos, como a violência contra a mulher. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão, apoiada pela Uber, 97% das entrevistadas afirmaram ter sido vítimas de assédio em meios de transporte e 71% conhecem alguma mulher que já sofreu assédio em espaço público. Mulheres são obrigadas a pensar na própria segurança antes de sair de casa, podem sentir necessidade de evitar meios de transporte à noite e contam com menos opções de locomoção quando são moradoras de periferias. Por isso, e mesmo que a pesquisa mostre que as mulheres se sentem mais seguras usando transporte por aplicativo do que usando táxis ou transporte público, a Uber tem investido em diversas iniciativas de pre-

venção à violência contra mulheres, incluindo conteúdo educativo sobre o assunto para motoristas parceiros, entregadores e usuários do Uber e do Uber Eats. Os projetos são feitos em parceria com dez organizações especialistas no assunto que, assim como o Fórum, discutem a fundo problemas de segurança pública.

Este manual, com distribuição gratuita, e as oficinas para policiais ao longo de 2019 evidenciam esses esforços, resultado da parceria da Uber com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública para o enfrentamento da violência contra a mulher. A iniciativa é da maior importância ao focar na formação e na qualificação de quem faz atendimento direto a mulheres vítimas de violência, uma das principais denúncias feitas via 190. Mais do que isso, o manual oferece insumos a profissionais que, por vezes, relatam se sentirem menos valorizados do que demais áreas da atividade policial e sentem falta de formação sobre violência de gênero.

A Uber acredita que a tecnologia tem um poder transformador e pode, inclusive, desenvolver soluções para contribuir com questões de segurança. Por meio dela, é possível buscar caminhos para que mulheres e meninas tenham mais condições de fazer valer seu direito de ir e vir. Mas, embora a tecnologia seja um instrumento importante, sabemos que essa busca pelos direitos das mulheres não se resume a um desafio apenas nessa área. É também uma jornada de aprendizado, educação, mudanças de processo, e, talvez o mais desafiador, estímulo a mudanças de comportamento mais profundas. Do nosso lado, acreditamos que promovendo a segurança e o respeito é possível criar um ambiente mais inclusivo para as mulheres e queremos usar o alcance da plataforma da Uber e a força da tecnologia para fazer parte da solução, sem nunca abrir mão de seguir dialogando com a sociedade civil, que reúne os verdadeiros especialistas no tema.

Tivemos avanços importantes, mas temos consciência de que, apesar dos primeiros passos, ainda há muito a ser feito e que esse tema demanda um compromisso de longo prazo. Por isso, a Uber reafirmou recentemente seu engajamento nesse tema, ao se comprometer a investir mais R\$ 5 milhões em iniciativas do gênero ao longo dos próximos três anos. Não vamos parar por aqui.

Flávia Annenberg

Gerente de Políticas Públicas da UBER

HISTÓRICO DO MANUAL

COMO SURTIU ESSE PROJETO?

A preocupação com a eficácia de uma formação em gênero para policiais fez com que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública estabelecesse inúmeras parcerias ao longo dos últimos anos que resultaram em diversas ações:

OFICINAS PARA POLICIAIS

Com o apoio do Instituto Avon e da Embaixada Britânica, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública organizou entre 2016 e 2018 cinco oficinas pensando o papel dos profissionais da segurança pública no enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil, com a participação de aproximadamente 200 profissionais, entre policiais civis e militares das cinco regiões do país. Essas oficinas foram planejadas e desenvolvidas pelas duas autoras deste Manual. Juliana Martins tem mais de 15 anos de experiência com formação de guardas civis municipais, tendo atuado em diversos municípios de São Paulo.

Aplicamos nas oficinas e neste Manual a abordagem integrada desenvolvida pela Dra. Macaulay em seu ensino sobre gênero no Departamento de Estudos para a Paz da Universidade de Bradford, Inglaterra. Ela vem pesquisando questões relacionadas a gênero, violência, direitos humanos e sistema de justiça criminal no Brasil desde 1993.

Nessas oficinas ficou claro que os profissionais que atuam no dia a dia do enfrentamento da violência contra as mulheres se identificam com o trabalho que realizam, embora relatem serem pouco valorizados por seus pares ou superiores hierárquicos, demonstrando que institucionalmente sua atuação é considerada de menor valor ou importância em relação a outras do universo da atividade policial.

Pesquisa que fizemos com os/as participantes mostrou que a maioria, mesmo atuando na área, não teve nenhum ou poucos cursos de formação ou aperfeiçoamento relacionados às questões de gênero, violência de gênero e violência contra as mulheres. Pudemos observar que os profissionais atuavam com recursos

limitados, com nenhuma ou poucas diretrizes institucionais de atuação, dependendo de esforços individuais para implementar ações ou melhorar as condições de trabalho. Hoje o/a profissional das instituições de segurança pública sente necessidade de aprofundar seus conhecimentos nessa área para estar melhor preparado/a em sua atividade profissional. Dos setenta e dois cursos oferecidos na Rede de Educação à Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública para os profissionais das instituições policiais em 2018, o curso “Atendimento a Mulheres em Situação de Violência” ficou em 9º lugar no ranking de cursos mais procurados, sendo que de 2015 em diante a procura foi aumentando a cada ano. Também a grande procura pelas nossas oficinas reforçou a ideia de que os/as profissionais têm interesse e necessidade em se capacitarem nessas temáticas relacionadas à violência de gênero e violência contra as mulheres.



SELO FBSP DE PRÁTICAS INOVADORAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Motivado pela questão: o que as polícias e as guardas municipais têm feito para enfrentar a violência contra as mulheres, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Instituto Avon e com o Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da FGV/ EAESP, criou, em 2017, o Selo de Práticas Inovadoras. Para tanto, foram mapeadas as iniciativas desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública e suas instituições que tivessem por objetivo o enfrentamento da violência contra as mulheres em suas mais diferentes formas como: doméstica, sexual, psicológica, cibernética, dentre outras. Entre as experiências que cumpriram os requisitos do edital, o comitê de avaliação selecionou as 10 que melhor preencheram sete critérios tidos como essenciais pelo FBSP: (1) Respeito às especificidades de gênero; (2) Inovação; (3) Respeito aos direitos humanos, incluindo a privacidade, o direito de escolha e de ir e vir; (4) Ampliação do diálogo das instituições de segurança pública com outras organizações governamentais e não governamentais; (5) Possuir critérios de avaliação e acompanhamento da experiência ao longo do

tempo; (6) Sustentabilidade ao longo do tempo; (7) Ações e conhecimentos produzidos que possam inspirar ou ser traduzidos em outras experiências.

No início de 2018, uma parceria com a Embaixada Britânica no Brasil possibilitou levar as três experiências vencedoras do Selo em 2017 para um intercâmbio na cidade de Londres, onde puderam conhecer o trabalho que a Scotland Yard faz no enfrentamento da violência contra as mulheres, além do trabalho de acadêmicos que pesquisam polícia, questões de gênero e atuação policial para o atendimento a mulheres vítimas de violência. Ao mesmo tempo, apresentaram suas experiências inovadoras para policiais e acadêmicos.

Esperamos continuar com esses vínculos com outras forças policiais para que a polícia brasileira possa compartilhar experiências e boas práticas com colegas ao redor do mundo.

Em 2018 e 2019 o Projeto Casoteca foi ampliado e, além da categoria dos profissionais da Segurança Pública, foi criada uma para os profissionais de Justiça que trabalham em rede para o enfrentamento desse problema tão grave em nosso país. O trabalho de formação de policiais está alinhado com a diretrizes do Projeto Casoteca, para que possamos ter cada vez mais experiências inovadoras nessa área.

As práticas boas e inovadoras são documentadas e todas as edições do selo (Casotecas) ficam disponíveis na página do FBSP: <http://casoteca.forumseguranca.org.br/>

Este Manual encoraja instrutores a usar os estudos de caso quando treinarem seus/suas colegas, porque eles representam exemplos reais de trabalhos excelentes sendo desenvolvidos por policiais espalhados pelo país, ainda que com recursos limitados. Nós também desejamos que o Manual seja usado como uma fonte para reflexão e replicação de boas práticas e solução de problemas relacionados às violências de gênero.

PARA QUEM É O MANUAL?

Este Manual destina-se a ajudar qualquer pessoa envolvida na capacitação de policiais com o objetivo de entender as várias formas de violência contra

mulheres e meninas e seu papel no enfrentamento dessa violência. O Manual pode ser usado por instrutores de polícia, por policiais responsáveis por coordenar equipes ou por indivíduos fora da polícia que fazem parte da rede de proteção das mulheres vítimas de violência.

Imagine, por exemplo, que

- Você é um/a instrutor/a em uma academia de polícia (Polícia Militar, Polícia Civil ou Guarda Civil Municipal). Você quer instruir todos os/as policiais ingressantes no tema da violência baseada em gênero como parte do curso básico.
- Você é um/a instrutor/a em uma academia de polícia. Você coordena a formação continuada para policiais que atuam em diversas áreas. Um desses cursos é sobre violência baseada em gênero.
- Você quer formar um grupo de policiais (militares, civis ou guardas municipais) para serem multiplicadores/as em cursos sobre violência de gênero, violência contra as mulheres, atendimento a mulheres vítimas de violência
- Você é um/a delegado/a de polícia no comando de uma delegacia da mulher. Parte dos/as policiais designados/as para a delegacia não tem treinamento especializado em violência contra as mulheres.
- Você é um/a delegado/a de polícia no comando de uma delegacia de bairro. Não há delegacia da mulher na sua cidade, então as mulheres registram violência doméstica e violência sexual na sua delegacia. Seus/suas colegas precisam de treinamento.
- Você está no comando de um batalhão de Polícia Militar ou de uma unidade da Guarda Civil Municipal. Quando as vítimas de violência discam 190, são os seus policiais que vão até a casa da vítima, transportam-na para a delegacia e prendem o agressor, se necessário. Seus/suas policiais não receberam treinamento especializado na questão de violência baseada em gênero.
- Você está estruturando uma patrulha Maria da Penha na Polícia Militar ou Guarda Civil Municipal. Como esses são policiais que fazem

atendimento de mulheres vítimas de violência, você precisa organizar um curso especializado.

- Você é um/a policial que quer trabalhar com outros representantes do Sistema de Justiça (IML, Varas Especializadas, Ministério Público, Defensoria), a municipalidade, as secretarias de saúde e de educação, e a sociedade civil para construir uma rede de proteção efetiva para mulheres em seu bairro ou município
- Você é um membro da rede de proteção local e a polícia te pediu ajuda para renovar o programa de treinamento.

COMO UTILIZAR O MANUAL

Este Manual oferece várias técnicas testadas e bem-sucedidas para o treinamento de seus/suas colegas policiais, membros da equipe e novos recrutas. Ele oferece várias ferramentas para aumentar o nível de diálogo, análise, planejamento e avaliação interna da equipe. Portanto, ele pode ser utilizado para identificar boas práticas já existentes na instituição e também para identificar as lacunas no trabalho prestado à sociedade.

Ele é projetado para ser utilizado de formas flexíveis. Você, como um instrutor, pode selecionar as atividades apropriadas para as necessidades daqueles que serão seus alunos/as. Na seção 4, nós sugerimos como as atividades podem ser replicadas, a depender do nível de conhecimento dos/as policiais e de quanto tempo você tem disponível.

Há também uma página on-line para acompanhar este Manual no website do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Nós colocamos links úteis para documentos e sites de outras organizações. Recomendamos que você, como educador/a, esteja familiarizado/a com a legislação relacionada à violência de gênero, tenha um bom conhecimento sobre os dados disponíveis e as boas práticas existentes. Tem também links para vídeos úteis. Todo esse material pretende te ajudar, como educador/a e facilitador/a, ao mesmo tempo que vai servir para aprofundar o conhecimento dos/as alunos/as.

Antes de começar a planejar seu curso seria uma boa ideia ler todo o Manual e também as informações disponíveis no site do FBSP. O Capítulo 2 traz uma introdução ao tema gênero e violência. Por que tantas mulheres ainda sofrem violência doméstica e violência sexual? O que precisamos compreender, dos pontos de vista sociológico e legal, sobre violência contra as mulheres a fim de treinar a polícia para combatê-la efetivamente?

O Capítulo 3 traz várias informações úteis para você, instrutor/a, professor/a, educador/a e facilitador/a. Vai explicar como os métodos de treinamento neste Manual diferem de outras abordagens pedagógicas com as quais você pode estar familiarizado e como ser um/a facilitador eficaz usando esses métodos.

O Capítulo 4 traz vários exercícios para serem utilizados em sala de aula, buscando fornecer elementos para que os/as alunos/as construam habilidades de comunicação, compreendam violência baseada em gênero, atitudes sociais, conheçam e saibam aplicar as leis relacionadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres e, por fim, possam aprimorar as práticas policiais e a construção de uma rede de proteção local.

O último capítulo explica sobre a página que criamos no site do FBSP para mantermos o diálogo com vocês e atualizar conteúdos, indicar fontes de dados, pesquisas, recursos pedagógicos e como entrar em contato com a gente caso você tenha alguma dúvida em relação à utilização do Manual.





CAPÍTULO 2

GÊNERO E VIOLÊNCIA



INTRODUÇÃO

Este capítulo examina porque tantas mulheres no Brasil continuam a ser vítimas de violência doméstica e de violência sexual. Por que violência doméstica ainda é considerada aceitável por algumas pessoas? Quais as crenças e valores que levam autores de violência a cometerem agressões e as vítimas a não denunciarem e que afetam a maneira como o sistema de justiça criminal lida com essa questão? A resposta está na visão da sociedade de como homens e mulheres supostamente devem se comportar e em nossa compreensão do que é violência. Esses dois fatores estão relacionados quando falamos em violência contra mulheres e outros grupos vulneráveis da sociedade.

O QUE É GÊNERO?

Há muita confusão sobre as palavras “sexo” e “gênero” e a que elas se referem. Traremos algumas definições básicas para ajudar a iniciar a conversa sobre o tema.

SEXO E GÊNERO

A palavra “sexo” refere-se a características biológicas, como cromossomos, órgãos genitais, pêlos do corpo, órgãos reprodutivos e assim por diante. A maioria das pessoas acredita que essa diferença entre homem e mulher é muito clara e óbvia, mas, na realidade, existem muitas variações na maneira como os atributos biológicos e sexuais são distribuídos na população. Por exemplo, alguns homens têm muitos pêlos no corpo, outros têm muito pouco. Alguns homens são grandes e musculosos, outros não. A maioria das mulheres pode engravidar, mas algumas não. E uma minoria (1 em 1.000) de pessoas nascem com características sexuais pouco claras (isso é conhecido como “intersexo”).

“Gênero” é uma palavra que se refere aos diferentes papéis sociais que meninos e meninas e homens e mulheres recebem em cada sociedade. Por exemplo, as meninas aprendem com mais frequência habilidades associadas aos cuidados domésticos e espera-se que sejam capazes de limpar,

cozinhar e cuidar das crianças. Espera-se que os meninos sejam corajosos, não chorem quando são feridos e que sejam protetores.

É o que chamamos de estereótipos de gênero, ou seja, são expectativas sociais que não refletem necessariamente a vida real e potencial de homens e mulheres. Por exemplo, apenas porque a sociedade associa o cuidado de crianças com mulheres não significa que os homens são incapazes de cuidar deles. Todos conhecemos homens que são pais excelentes e atenciosos.

O comportamento esperado de homens e mulheres reflete as normas de gênero de seu contexto social. Nosso comportamento não é o resultado necessário e inevitável de nossa biologia ou sexo. Por exemplo, o hormônio predominante relacionado ao sexo masculino é a testosterona. Isso está associado à agressão, mas não podemos explicar a violência masculina apenas por referência à presença de testosterona, porque a maioria dos homens não é violenta. Portanto, o comportamento de homens e mulheres tem alguma base biológica, mas somos criaturas predominantemente sociais e nosso comportamento é mais fortemente influenciado pelas pessoas ao nosso redor, por nossos pais, nossos irmãos, nossos amigos da escola, nossos/as colegas.



COMO O SEXO E O GÊNERO SE RELACIONAM COM A HOMOSSEXUALIDADE E AS PESSOAS TRANSGÊNERO?

Gênero também se refere à identidade de gênero. A maioria das pessoas possui um sexo (menino ou menina) com base em suas características físicas e essa é a identidade que elas ocupam a vida inteira. No entanto, algumas pessoas não se identificam com a identidade de gênero que lhes é atribuída. Os cientistas estão descobrindo que isso está relacionado à estrutura e função do cérebro. Às vezes, essa falta de identificação com as características biológicas leva as pessoas a fazerem mudanças em seu corpo físico. Essas pessoas são transgêneros.

A sexualidade é uma variável separada. Algumas pessoas são atraídas por pessoas do sexo oposto (são heterossexuais), outras são atraídas por pessoas do mesmo sexo (são homossexuais) e algumas pessoas podem ser atraídas por pessoas de ambos os sexos (são bissexuais). Os/as cientistas concordam que a sexualidade é uma orientação inata - nascemos com a

orientação que temos, seja ela qual for. A sexualidade não é resultado de características físicas ou comportamentais específicas. As pessoas podem pensar que todos os homens gays são afeminados e todas as lésbicas são masculinas, mas isso simplesmente não é verdade. No entanto, uma crença comum é que as pessoas se encaixam em uma caixa ou outra (macho ou fêmea, masculino ou feminino,) e um mal-entendido e preconceito contra a homossexualidade significa que indivíduos que não estão em conformidade com as expectativas sociais de masculinidade, feminilidade e heterossexualidade são frequentemente sujeitas a rejeição social e até violência.



DIVERSIDADE DE GÊNERO E A LEGISLAÇÃO

Os seres humanos têm muitas formas e tamanhos e essa diversidade é algo para comemorar e proteger. Em muitos países do mundo, foram aprovadas novas leis para combater preconceito e manter direitos iguais para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, orientação sexual ou conformidade com os papéis de gênero. Por exemplo, algumas sociedades, como Índia e Tailândia, reconhecem legalmente um “terceiro sexo” (intersexo ou transgênero). Novas leis que punem a homofobia e a violência contra as mulheres buscam prevenir a violência motivada por visões estreitas e rígidas sobre gênero.



IDENTIDADE DE GÊNERO é como a pessoa se vê. Ela pode se enxergar mulher, homem ou outro, como neutro ou uma combinação entre masculino e feminino.

ORIENTAÇÃO AFETIVA E SEXUAL refere-se à atração sentida pelos indivíduos. Uma pessoa pode ser homossexual, heterossexual, bissexual etc.

SEXO refere-se a características biológicas do corpo de uma pessoa. Pde ser feminino, masculino ou intersexo.

O QUE É VIOLÊNCIA?

A violência, quando envolve outra pessoa, é um comportamento destinado a ferir, danificar ou matar essa outra pessoa. A violência pode assumir várias formas. Pode ser física (bater, dar um soco ou dar um tapa em alguém). Pode ser verbal (gritar ofensas a alguém). Pode ser psicológica (tratar alguém como louco ou incompetente para minar sua auto-estima).

“Violência” é geralmente uma palavra usada para descrever força ilegítima. Cada sociedade possui regras diferentes, formais e informais, em diferentes contextos sobre o que são forças legítimas e ilegítimas.

Dentro de um contexto familiar, isso tem sido muito debatido. Por exemplo, qual é a linha entre “disciplina” e violência? A Lei da Palmada (nome informal da lei nº 13.010 / 2014 que proíbe o uso de castigos ou tratamentos cruéis e degradantes contra crianças e adolescentes no Brasil) demonstra como, com o tempo, os debates sociais e a nova legislação mudam a maneira como vemos certas ações, por exemplo, bater ou espancar uma criança para discipliná-la. Um dos primeiros exercícios que sugerimos fazer com os membros do grupo é levá-los a refletir sobre sua infância e sua experiência de violência. Em nossa experiência, muitos oficiais consideram a disciplina física imposta por seus pais como uma expressão positiva de amor. Outros, porém, consideram essa disciplina física desnecessária e uma forma de “violência”. Muitos terão testemunhado uma raiva violenta descontrolada, geralmente por parte de seus pais, que condenam completamente. O objetivo deste exercício é abrir um espaço de reflexão sobre o que consideramos violência e que violência toleramos porque pensamos que é socialmente justificada de alguma forma. Por exemplo, aceitamos que as forças de segurança (policiais e militares) tenham permissão para usar força letal por razões específicas que a sociedade aprovou e regulamentou.

A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E VIOLÊNCIA: VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

Violência baseada em gênero é a violência motivada pelo desejo de punir indivíduos por violar as normas de gênero. Por exemplo, o crime de ódio contra pessoas LGBT se baseia nas ideias muito rígidas dos agressores sobre papéis e comportamentos de gênero. Os gays sofrem violência porque são percebidos como “insuficientemente masculinos”. As lésbicas são espe-

cialmente vulneráveis ao estupro, por homens que não podem aceitar sua orientação sexual e acreditam que a violência sexual de alguma forma as “curará” e as tornará “mulheres adequadas”. No entanto, neste Manual, focaremos principalmente a violência de gênero contra mulheres e meninas.

Nossas normas culturais significam que valorizamos mais algumas vidas humanas do que outras. Existe uma ideia predominante na sociedade e, portanto, também nas instituições de justiça criminal, de que existe uma “vítima ideal”, isto é, alguém que parece seguir perfeitamente todas as normas de gênero e não pode ser criticado por violar qualquer uma dessas situações sociais informais regras. Em um caso judicial, a vítima foi descrita por sua própria mãe da seguinte maneira:

“[A vítima era uma] adolescente pura, de comportamento calmo, não gostava de sair, nem de festas, somente saía com a família, não possuindo namorados, sendo uma jovem muito ligada à família; era uma moça de comportamento direito, uma exceção na cidade onde várias meninas se prostituem e não têm comportamento condizente com a moral.”⁷

Por outro lado, a vida de mulheres que parecem ter quebrado essas regras é considerada menos valiosa e menos digna de proteção. As mulheres rotuladas socialmente, ou no sistema de justiça criminal, de certas maneiras como “vadia”, “vagabunda”, “drogada”, “prostituta”, “mulher de bandido” etc., encontram-se sob escrutínio e suspeita, o que nem sempre acontece em relação aos autores de violência.

Alguns maridos acreditam que têm o direito de usar a violência contra a esposa em determinadas circunstâncias, como uma forma de “disciplina” conjugal entre adultos. Essas atitudes aparecem nos tribunais quando os advogados de defesa tentam justificar a violência cometida pelo agressor porque o comportamento da vítima foi “inadequado”, porque ela fez algo para merecer ou provocar a violência – que ela era uma mãe ruim, ela não realizava suas tarefas domésticas adequadamente, ela não era uma boa esposa.

O crime do feminicídio está inteiramente centrado na motivação do assassino. Essa motivação geralmente é raiva e ressentimento em relação às mu-

⁷ MACHADO, Marta (org.) A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil. Ministério da Justiça, Secretaria da Reforma do Judiciário, 2015. p.47

lheres em geral, ou em relação a uma mulher específica, que fez algo que o agressor desaprova e pelo qual deseja puni-la. “Eu a matei.... Porque ela queria terminar o relacionamento... Porque ela conseguiu a custódia das crianças.... Porque ela não preparou meu jantar direito.... Porque ela conversou com outros homens ... porque ela estava na rua tarde da noite ...” e assim por diante.

Em novembro de 2019, mais uma vez ficou claro que o feminicídio não pode ser justificado pelas supostas ações da vítima, quando o STF rejeitou um recurso especial de um homem denunciado por ter matado a sua esposa. Durante uma festa, a vítima teria dançado e conversado com outro rapaz, o que gerou a ira e despertou os ciúmes do marido, que estaria alcoolizado. Ela também teria dito que queria romper o relacionamento. Em casa, o homem pegou uma corda e laçou o pescoço da mulher, matando-a por asfixia. Mas, desde 1991, o tribunal refuta com veemência a tese de legítima defesa da honra como fundamento para a absolvição em casos de homicídio cometido pelo marido contra a esposa. Portanto, o direito penal nos diz que tipos de violência uma sociedade tolera e que tipos não tolera.

A Lei do Feminicídio de 2015 vem para nos alertar como a misoginia faz com que mulheres percam suas vidas. Esses assassinatos não são crimes de “paixão” ou de amor. Compreendemos que “quem ama, não mata”. São realmente crimes de raiva e fúria masculinas contra mulheres que não seguem as regras sociais e de gênero que alguns acreditam que deveriam seguir. O feminicídio é a forma extrema de punição dessas mulheres por agressores homens.

FEMINICÍDIO é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher, motivado geralmente por ódio, desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres. O Feminicídio está previsto na legislação brasileira desde 2015 como circunstância qualificadora do crime de homicídio consumado ou tentado. (Lei 13.104, de 9 de março de 2015).

Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

- I) Violência doméstica e familiar;
- II) Menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

A Lei também incluiu o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

A Lei Maria da Penha de 2006 deixa muito claro que a sociedade brasileira agora considera a violência contra a mulher no contexto das relações familiares um crime. Também é muito explícito em relação aos diferentes tipos de violência usados em um relacionamento íntimo ou familiar para controlar as mulheres e atacar sua dignidade e autonomia.

A LEI MARIA DA PENHA define cinco formas de agressão como violência doméstica e familiar:

Violência Física: ofender a integridade ou saúde corporal - bater, chutar, queimar, cortar, mutilar.

Violência Moral: ofender com calúnias, insultos ou difamação - lançar opiniões contra a reputação moral, críticas mentirosas e xingamentos.

Violência Psicológica: causar dano emocional, diminuir a autoestima, prejudicar e perturbar o pleno desenvolvimento pessoal, controlar os comportamentos, ações, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação e isolamento, tirar a liberdade de pensamento e de ação.

Violência Patrimonial: reter, subtrair, destruir parcial ou totalmente objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos.

Violência Sexual: presenciar, manter ou obrigar a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, que induza a mulher a comercializar ou utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade.

Ambas as leis atribuem à polícia a responsabilidade especial de levar a sério a violência de gênero, de entender o papel da misoginia nessa violência, de investigar os crimes e de proteger as vítimas de futuras violências, no caso da Lei Maria da Penha.

AS PRINCIPAIS LEIS E NORMATIVAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS

O governo brasileiro tem a responsabilidade de proteger mulheres e meninas da violência. Essa obrigação não é apenas moral, é legal. Nas últimas quatro décadas, o Brasil assinou uma série de convenções internacionais sinalizando seus compromissos com os direitos das mulheres e aprovou leis relevantes. Esses incluem:

- A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as mulheres (CEDAW – 1979). Esta é a convenção internacional mais importante sobre os direitos das mulheres. O governo brasileiro é obrigado a informar periodicamente sobre seu progresso na implementação da convenção. Foi em 2003 que os grupos de mulheres brasileiras pediram às Nações Unidas que questionassem o Brasil sobre a falta de uma lei sobre violência doméstica. A pressão do comitê da CEDAW ajudou a promover a Lei Maria da Penha.
- A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra as mulheres, de 1994, conhecida como a Convenção de Belém do Pará. O Brasil ajudou a América Latina a criar o primeiro instrumento legal regional do mundo para combater a violência contra as mulheres. Mas o Brasil demorou muito a criar sua própria lei nacional sobre violência doméstica - 17 países da América Latina o fizeram antes do Brasil. Quando Maria da Penha viu que seu violento marido ainda estava livre 15 anos depois de tentar assassiná-la duas vezes, levou o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos. Em 2001 a CIDH decidiu que o Brasil era culpado por falhar em sua responsabilidade de “devida diligência” em matéria de violência doméstica exigida pela Convenção de Belém do Pará. Essa decisão foi muito importante para a América Latina e para pressionar o governo brasileiro a aprovar o que seria a Lei Maria da Penha.
- A Lei Maria da Penha de 2006 é uma das maiores conquistas das mulheres brasileiras e foi criada para a proteção delas contra a violência doméstica e familiar. Este tipo de agressão fere os direitos das mulheres, humilha, maltrata e mata. Esta Lei obriga o Estado e a

sociedade a protegerem as mulheres contra esse tipo de violência durante toda a sua vida – não importa idade, classe social, cor/raça, lugar onde mora, religião e orientação sexual.

- Em 2009 a denominação “Crimes contra os Costumes” dada pelo Código Penal de 1940 foi alterada pela Lei 12.015/09, sendo substituída por “**Crimes contra a dignidade sexual**”. A lei trouxe importantes transformações ao Código Penal. Retirou a violência sexual da esfera dos costumes, reconhecendo a dignidade sexual como objeto a ser protegido, e colocando a dignidade sexual como direito de todas as pessoas, independente do gênero. Juntou os crimes de estupro e de atentado violento ao pudor em um mesmo artigo, denominado “estupro” (art. 213), de forma que não só a conjunção carnal seja enquadrada neste tipo de violação. Agora o estupro consiste em “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” A pena é seis a dez anos de prisão. Estupro de vulnerável é definido assim: “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos” ou “com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.”
- Em 2015 foi promulgada a Lei 13.104/15, que alterou o código penal para incluir o **feminicídio** como mais uma modalidade de homicídio qualificado.

A mais recente alteração na legislação relacionada a crimes sexuais foi a criação do crime de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, por meio da Lei 13.718 de 2018. Importunação sexual consiste no ato de “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”. Até 2018, a figura mais próxima deste crime era a importunação ofensiva ao pudor, que fazia parte da Lei das Contravenções Penais e foi revogada pela mesma Lei 13.718. Podem ser enquadrados no crime de importunação sexual casos de ejaculação no transporte público, como os que ganharam repercussão na imprensa em 2017, entre outras formas de assédio e importunação. A Lei 13.718 representou um endurecimento do Estado brasileiro com relação aos crimes sexuais. Além da criação de novos tipos penais e da mudança de status da importu-

nação sexual de contravenção para crime, a lei aumentou a pena em casos de estupro coletivo e estupro corretivo, além de tornar a ação penal pública incondicionada em crimes como estupro e importunação sexual.

A HISTÓRIA DA MARIA DA PENHA

Maria da Penha conheceu seu ex-marido, Marco Antonio Heredia Viveros, colombiano, quando ela estava cursando o mestrado na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo em 1974. Eles começaram a namorar, e Marco Antonio demonstrava ser muito amável, educado e solidário com todos à sua volta. O casamento aconteceu em 1976. Após o nascimento da primeira filha e da finalização do mestrado de Maria da Penha, eles se mudaram para Fortaleza, onde nasceram as outras duas filhas do casal. As agressões começaram a acontecer quando ele conseguiu a cidadania brasileira e se estabilizou profissional e economicamente. Agia sempre com intolerância, exaltava-se com facilidade e tinha comportamentos explosivos não só com a esposa mas também com as próprias filhas. O medo constante, a tensão diária e as atitudes violentas tornaram-se cada vez mais frequentes.

No ano de 1983, Maria da Penha foi vítima de dupla tentativa de feminicídio por parte de Marco Antonio. Primeiro, ele deu um tiro em suas costas enquanto ela dormia. Como resultado dessa agressão, Maria da Penha ficou paraplégica devido a lesões irreversíveis. No entanto, Marco Antonio declarou à polícia que tudo não havia passado de uma tentativa de assalto, versão que foi posteriormente desmentida pela perícia. Quatro meses depois, quando Maria da Penha voltou para casa – após duas cirurgias, internações e tratamentos –, ele a manteve em cárcere privado durante 15 dias e tentou eletrocutá-la durante o banho. A família e os amigos de Maria da Penha conseguiram dar apoio jurídico a ela e providenciaram a sua saída de casa sem que isso pudesse configurar abandono de lar; assim, não haveria o risco de perder a guarda de suas filhas.



O primeiro julgamento de Marco Antonio aconteceu somente em **1991**, ou seja, oito anos após o crime. O agressor foi sentenciado a 15 anos de prisão, mas, devido a recursos solicitados pela defesa, saiu do fórum em liberdade. O segundo julgamento só foi realizado em **1996**, no qual o seu ex-marido foi condenado a 10 anos e 6 meses de prisão. Contudo, sob a alegação de irregularidades processuais por parte dos advogados de defesa, mais uma vez a sentença não foi cumprida.

Em 1998 **Maria da Penha** acionou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pedindo o reconhecimento da negligência na apuração de seu caso: passados mais de 15 anos das duas tentativas de homicídio praticadas por seu ex-marido, que a deixaram paraplégica, seu processo se arrastava sem decisão definitiva.





CAPÍTULO 3

**PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS
DO MANUAL**



APRESENTAÇÃO

Desde 2003 as polícias brasileiras contam com o currículo nacional para a formação dos profissionais de segurança pública, desenvolvido pelo Ministério da Justiça através da Matriz Curricular Nacional (MCN) e que vem sendo atualizada no decorrer dos anos. A MCN serve de referência para as ações formativas das instituições de segurança pública, mas as orientações sobre violência de gênero e violência contra a mulher são bastante genéricas. Neste sentido, aprimorar a formação policial na perspectiva de gênero é garantir que os profissionais de segurança possam se posicionar de maneira crítica, ética e responsável diante das mais diversas demandas a que são submetidos no dia a dia, instrumentalizando-os para que sejam agentes transformadores da realidade em que atuam.

Existem várias maneiras de ensinar e aprender, e todas elas atingem objetivos distintos. Esta seção do Manual explica nossa abordagem e metodologia, que são um pouco diferentes do que você pode estar acostumado como professor/a ou instrutor/a.

A situação típica de aprendizado, na escola, universidade e nas academias de polícia, é com todo mundo sentado em fila, de frente para o/a professor/a, seja na sala de aula ou em um grande auditório. O/a instrutor/a fica na frente, dando uma palestra. Essa é uma boa maneira de transmitir fatos ou informações, mas não incentiva o diálogo entre os/as participantes ou entre os/as participantes e o/a professor/a.

A Rede de Educação à Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública oferece cursos on-line, e esta é uma boa solução para um país do tamanho do Brasil, com milhares de policiais distribuídos pelo país. Os cursos on-line são uma ótima maneira de os estudantes obterem informações, estudando no seu próprio ritmo. Porém, mesmo que alguns cursos on-line envolvam discussões e debates entre os/as participantes, o aprendizado que pode surgir sem encontros presenciais é limitado.

Nosso Manual enfatiza métodos interativos, que envolvem muito diálogo, trabalho em grupo e troca ativa de ideias. Queremos que os/as participantes aprendam de uma maneira que talvez não tenham experimentado antes e que inclui usar métodos visuais, dramatização, e movimentação em sala

de aula. Queremos que eles analisem coletivamente o problema da violência contra mulheres e meninas e co-criem melhores respostas policiais a esse problema, com seus/suas colegas e com os outros membros da rede de proteção local. Esses métodos exigem mais do/a facilitador/a ou professor/a e levam mais planejamento e tempo do que uma palestra. No entanto, as evidências nos dizem que os/as alunos/as se envolvem mais, aprendem mais, contribuem mais, lembram-se mais e são mais motivados a fazer mudanças em sua prática profissional posteriormente.

O restante deste capítulo explica nossa pedagogia, ou seja, nossa abordagem para o ensino e a aprendizagem. Ele examina o que e como os/as participantes estarão aprendendo.

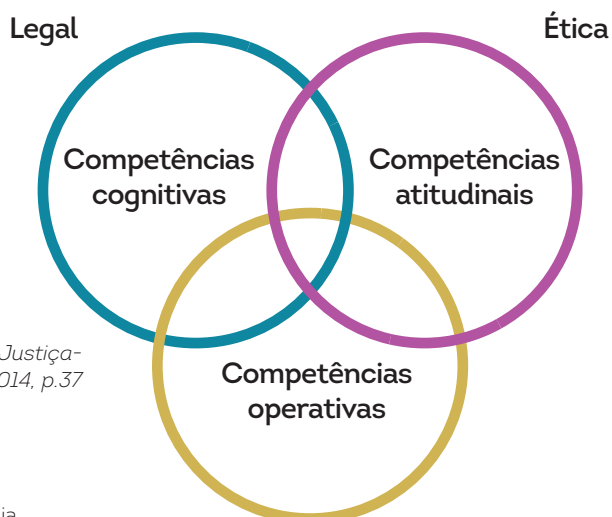
TRÊS TIPOS DE COMPETÊNCIA: DISPOSIÇÃO E INTEGRAÇÃO

O que os/as participantes do seu curso aprenderão?

Os cursos de formação oferecem, em termos gerais, três tipos de competência:

- Conhecimento (o que a Matriz Curricular Nacional chama de “competências cognitivas”) – Informação, dados, leis.
- Valores (o que a Matriz Curricular Nacional chama de “competências atitudinais ou ética”) – pensamentos e sentimentos refletidos nas ações.
- Habilidades (o que a Matriz Curricular Nacional chama de “competências operativas”) – a capacidade de aplicar conhecimento em uma tarefa.

Como você pode ver no diagrama da Matriz Curricular Nacional, esses três elementos são interligados e indispensáveis.



Fonte: Ministério da Justiça-
SENASP, 2014, p.37

Porém, muitas vezes, as organizações concentram seus cursos para a polícia na parte do conhecimento (informações, fatos, lei), e prestam menos atenção à parte das *habilidades* (práticas e procedimentos do trabalho) e menos ainda às *atitudes e valores* que os profissionais possuem e se eles correspondem aos valores pretendidos pela instituição.

Nossa proposta é focarmos inicialmente nas atitudes e valores dos/as policiais pois afetam a forma como eles interpretam informações e fatos. Muitas vezes, os profissionais não têm espaço para refletir sobre suas próprias experiências e valores individuais e de que maneira isso afeta a forma como eles atuam no seu trabalho. Ser capaz de refletir sobre sua atuação profissional é uma habilidade essencial. O trabalho do/a policial, como em muitas outras profissões, envolve interação interpessoal constante – entre colegas e entre policiais e cidadãos/ãs.

Este Manual de treinamento visa, portanto, envolver a polícia de uma maneira mais holística, abrindo seus olhos para as questões relacionadas à violência contra mulheres e meninas, levando-os a examinar suas próprias crenças sobre os papéis de gênero e ajudando-os a trabalhar como profissionais para evitar a violência baseada em gênero, sempre que possível, e dê apoio e orientação às vítimas, quando necessário.

Neste Manual, aplicamos a abordagem seqüencial e integrada desenvolvida pela Dra. Macaulay na Universidade de Bradford. Essa pedagogia segue uma sequência de aprendizado que envolve primeiro *o coração* (a capacidade de refletir sobre a experiência pessoal e profissional, atitudes, valores), depois *a cabeça* (competência cognitiva, como o conhecimento das leis e responsabilidades institucionais relevantes) e, finalmente, *as mãos* (desenvolvimento de melhores práticas e protocolos). Os exercícios contidos no Capítulo 4 seguem esta sequência. Todos os três elementos são necessários para que o treinamento seja eficaz. Os/As policiais serão capazes de desenvolver melhores práticas e procedimentos, por exemplo, quando puderem refletir sobre seus próprios preconceitos ou suposições, e aqueles dentro de seu ambiente organizacional.

VALORIZE A EXPERIÊNCIA DOS/AS PRÓPRIOS/AS PARTICIPANTES

Os/as alunos/as que você conhecerá no primeiro dia de curso já são pessoas com experiência de vida – mesmo se forem jovens e recrutas – e com alguma experiência como policiais. Essa experiência de vida pode incluir terem crescido em uma família em que houve violência doméstica e familiar. E a experiência profissional certamente deve incluir ter atendido casos de violência contra as mulheres.

Os/as alunos/as trazem essa valiosa experiência pessoal para a sala de aula e ela será seu ponto de partida para descobrir o conhecimento, valores e habilidades existentes, e aí, então, desenvolver, desafiar ou transformar o conhecimento, valores e habilidades de seus alunos/as.

Paulo Freire, o teórico educador brasileiro mundialmente famoso e influente, desenvolveu esta visão chave. Os/as alunos/as em uma sala de aula não são ignorantes: pelo contrário, muitas vezes sabem muito sobre um tópico de sua própria experiência e é tarefa do/a professor/a ou facilitador/a ajudá-los a articular e analisar sua experiência, conhecimento e crenças acumulados.

Este é o modelo de ensino oposto ao de “especialista” onde o/a professor/a está na frente da sala e passa conhecimentos preciosos que considera que os/as alunos/as não têm. Esta é uma maneira muito ineficaz de aprender porque:

- Presume que os/as alunos/as não sabem nada sobre o assunto – o que raramente é verdade ao discutir questões sociais, por exemplo.
- Coloca os/as alunos/as em uma posição passiva, na qual sentem-se desestimulados a participar.
- Oferece um aprendizado muito superficial – os/as alunos/as se lembram muito pouco e não conseguem relacionar o que aprenderam com sua própria experiência.
- É entediante – não “prende” a atenção do/a aluno/a.

Esta pedagogia – a partir da própria experiência de vida e conhecimento dos/as participantes – também é conhecida como construtivismo. As pessoas constroem sua própria compreensão e conhecimento do mundo, experimentando coisas e refletindo sobre suas experiências. A Matriz Curricular Nacional também traz a valorização do conhecimento anterior como um princípio didático-pedagógico importante:

VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ANTERIOR:

Os processos de desenvolvimento das ações didático-pedagógicas devem possibilitar a reflexão crítica sobre as questões que emergem ou que resultem das práticas dos indivíduos, das instituições e do corpo social, levando em consideração os conceitos, as representações, as vivências próprias dos saberes dos profissionais da área de segurança pública, concretamente envolvidos nas experiências que vivenciam no cotidiano da profissão. (p. 39)

TRABALHO EM GRUPO

A melhor maneira de compartilhar experiências e ideias é trabalhando em grupos – pode ser em pares ou em grupos maiores. O serviço de policiamento como atividade profissional requer trabalho em equipe e colaboração e, portanto, o nosso Manual incentiva isso. Parte do pressuposto de que as experiências, o conhecimento teórico e prático dos/as alunos/as são valiosos, que não há aquele que sabe mais e o que sabe menos, que o aprendizado em equipe é uma metodologia eficiente de intensa troca entre os/as participantes. Portanto é fundamental que nesse contexto de aprendizado não haja lugares de poder e hierarquia (pré)determinados. Isso não significa desconsiderar a importância da hierarquia nas instituições policiais, mas tão somente que as diferentes posições hierárquicas servirão para trazer distintos pontos de vista e experiências diante de uma mesma situação, mas nunca para oprimir, inibir ou silenciar o outro.

AVALIAÇÃO APRECIATIVA E INTERATIVIDADE

Em nível pessoal, é fundamental que o cidadão policial se sinta motivado e orgulhoso de sua profissão. Isso só é alcançável a partir de um patamar de “sentido existencial”. Se a função policial for esvaziada desse sentido, transformando o homem e a mulher que a exercem em meros cumpridores de ordens sem um significado pessoalmente assumido como ideário, o resultado será uma auto-imagem comprometida e uma baixa auto-estima.

BALESTRERI, Ricardo. *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*. Passo Fundo-RS, CAPEC: Paster Editora, 1998. p.8

Muitas vezes, quando uma organização está tentando melhorar a forma como ela funciona, olha-se para o que está sendo feito de errado. Mas essa abordagem focada no problema pode ser muito desmoralizante para seus/suas funcionários/os, porque deixa implícito que eles não estão fazendo nada certo. No entanto, isso raramente é verdade. É muito melhor começar com uma avaliação sobre o que os funcionários consideram estar fazendo bem.

Ao identificar as boas práticas da organização isso estimula os/as funcionários/as a duplicá-las e ampliá-las bem como a tentar erradicar ou alterar as

más práticas. Baseia-se em saldos e não em déficits, examinando o que já temos, não o que nos falta. Esta abordagem é chamada de investigação ou avaliação apreciativa e foi desenvolvida primeiro no campo dos estudos de gestão. Mas pode ser usada em muitos contextos organizacionais diferentes, inclusive nas polícias.



Policiais estão acostumados a serem criticados por aquilo que fazem de errado. Por essa razão, o FBSP e o Instituto Avon criaram o Selo de Práticas Inovadoras no Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, para celebrar o trabalho excelente que a polícia já faz em circunstâncias tão difíceis. O Selo encoraja a avaliação apreciativa, isto é, a apreciação positiva do que a polícia em uma localidade específica faz para enfrentar a violência contra as mulheres. Uma vez que uma organização identifica o que faz bem, pode passar a analisar onde falhou ou poderia ter feito melhor. O estudo de caso é muito útil porque possibilita identificar, de forma transparente, o fracasso assim como o sucesso, os obstáculos, mas também as oportunidades. Isso permite a resolução de problemas, compartilhando experiências e ideias.

Como você pode ver no diagrama, uma avaliação apreciativa incentiva os/as participantes não apenas a valorizarem o que eles já fazem bem, mas a desenvolver uma visão muito mais ambiciosa para a organização.

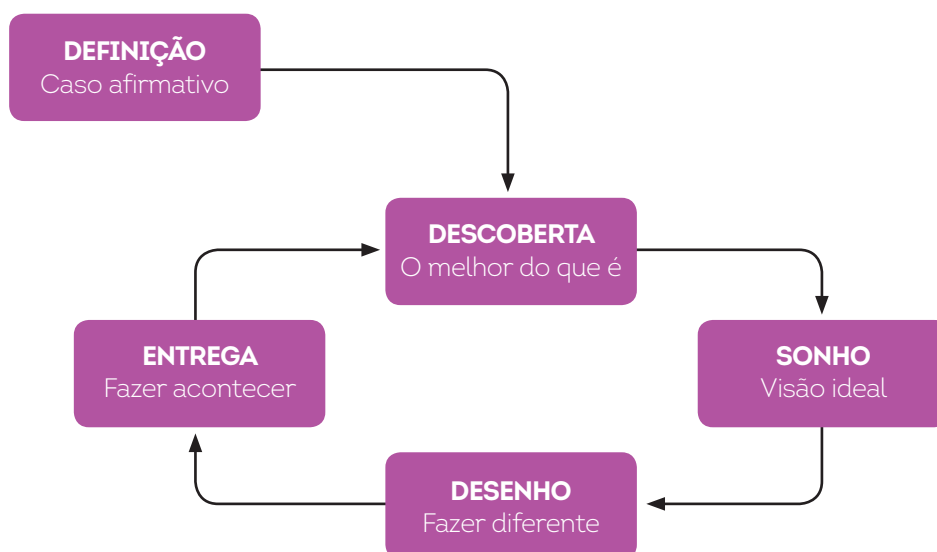
A avaliação apreciativa não é um processo linear, é um sistema de avaliação e melhoria contínua e requer envolvimento coletivo. Não funcionará muito bem se alguém no topo da hierarquia decretar quais mudanças devem ser feitas. Essa é uma metodologia que prevê o envolvimento de diferentes atores-chave.

Primeiro você define o assunto ou problema – pode ser a melhoria no serviço de atendimento a vítimas de violência doméstica. O processo começa com a “fase de descoberta”, onde você descobre as ações e recursos positivos que ainda existem. Você verá no exercício D4 no capítulo 4 que policiais são convidados a analisar o que eles já fazem bem. As boas práticas também estão documentadas na Casoteca. Por exemplo, em uma delegacia da mulher toda a equipe pode contribuir nesse processo e cada profissional pode refletir sobre seus feitos individuais.

A próxima fase é a fase do sonho. Num mundo ideal, o que seríamos capazes de fazer? Uma patrulha Maria da Penha, por exemplo, talvez tenha a intenção de reduzir a zero os casos de feminicídios em sua cidade ou estado. E a equipe do Instituto Médico Legal pode ter como objetivo minimizar o trauma das mulheres que denunciam a violência sexual que sofreram.

No entanto, como alcançar esses objetivos? O que é preciso ser feito de forma diferente? A terceira fase é a de planejar novas práticas, protocolos e

atividades. A quarta fase é a de colocá-los em prática. E aí o ciclo recomeça, à medida em que você avalia os aspectos positivos das suas ações inovadoras e analisa como melhorar.



O USO DE DRAMATIZAÇÃO

No Manual o uso de “cenários” ou “cenas” permite dramatizar uma situação de trabalho, geralmente comum aos/às participantes, e, a partir de uma capacidade analítica, imaginar possíveis respostas ou diferentes maneiras de se resolver uma situação profissional. Na maioria das vezes, os/as participantes têm experiências semelhantes, dificuldades parecidas e é muito produtivo poderem construir juntos uma solução para um mesmo problema.

Dramatização e outras técnicas teatrais são excelentes para envolver policiais em um caminho propositivo e criativo para pensarem como lidam com situações relacionadas a violência contra mulheres e crianças. O sociólogo Erwin Goffman observou que as interações sociais são influenciadas por “roteiros sociais” subjacentes e invisíveis que são reconhecidos pelas pessoas daquele grupo social. Nós todos desempenhamos diferentes papéis em diferentes contextos – por exemplo – em casa você desempenha os papéis de marido e de pai, mas no trabalho, ao desempenhar o papel de policial, você interage com superiores e subordinados, assim como com pessoas da comunidade, que são atendidas por você. Papéis sociais e “roteiros”

nos ajudam a interpretar e reagir da forma que consideramos apropriada. No entanto, existe o risco desse “roteiro social” ser tão rígido que esquecemos que precisamos mudar o “roteiro” se queremos alterar o desfecho de uma determinada situação.

Por exemplo, uma mulher vai a uma delegacia informar que foi estuprada. O “roteiro social” dominante na sociedade brasileira nos faz questionar o comportamento da mulher ao invés das ações do agressor. Se o/a policial seguir esse “roteiro” vai acabar fazendo perguntas do tipo: “o que você estava usando?” ou “o que você estava fazendo sozinha na rua e tão tarde?” ou ainda: “você ingeriu bebida alcoólica?”. Essas questões são inapropriadas porque sugerem para a mulher que de alguma forma ela foi a culpada por ter sido estuprada. Essas questões revitimizam a vítima e não ajudam a prender e punir a pessoa realmente responsável pelo que aconteceu.

Mas como é que mudamos esses “roteiros sociais”? Em primeiro lugar precisamos abrir espaço para discutirmos a respeito. Esses “roteiros” estão cheios de suposições não ditas, preconceitos, atalhos mentais e rótulos para as pessoas. Portanto, o primeiro exercício para falarmos sobre isso é discutir sobre crenças e mitos de gênero e violência. Apenas quando nos expressamos a respeito de nossas suposições e preconceitos, verbalmente ou escrevendo, é que somos capazes de refletir se estão relacionados ou não com a realidade. Nomear é um processo poderoso – quando olharmos claramente para nossas suposições isso possibilita criarmos um distanciamento importante que permite percebermos o quanto podem ser ofensivas e até ridículas.

O próximo passo é explorar esses “roteiros” de forma dinâmica. Encenar interações típicas entre policiais e mulheres que estão procurando ajuda é uma forma frutífera de aprender. Encenar envolve todos os nossos sentidos. Os atores estão fisicamente envolvidos em uma cena e tendem a se identificarem emocionalmente com aqueles personagens. O envolvimento emocional faz com que estejam mais propensos a lembrar do que encenaram do que do que leram em um livro, powerpoint ou que foi dito por um professor. Como diz uma colega de uma Academia de Polícia, encenar deixa uma “cicatriz na memória”. O aprendizado é mais profundo e duradouro.

A forma tradicional de fazer uma apresentação teatral é criar um cenário, desenvolver as personagens, ensaiar e apresentar para o público. Essa é uma

boa forma de apresentar informações e questões. Talvez tenha uma discussão com o público depois. No entanto, a audiência está de fora da trama e não tem como alterá-la: os atores e o diretor decidiram antecipadamente quais lições-chave ou informações queriam transmitir para o público.

Mas nós queremos mudar o mundo e não apenas representá-lo, certo? Por isso este Manual se inspira nas técnicas de teatro desenvolvidas por outro brasileiro famoso: Augusto Boal. Sua abordagem teatral (teatro fórum) é dinâmica e interativa. A audiência e os atores podem mudar de posição e o público pode mudar a ação e o desfecho de uma cena. Para saber mais, leia a experiência: “Baby: Espetáculo de Cena Fórum” na Casoteca de 2017 onde um grupo de policiais militares do Distrito Federal utilizou dramatizações de violência doméstica em escolas. A encenação através de um espetáculo de teatro fórum gera um impacto maior na plateia, que é instigada a pensar em possíveis soluções para o problema da violência contra as mulheres e a participar após a intervenção da figura do Coringa. Esse é um personagem onisciente que pede para a cena ser alterada, invertida ou refeita sob outra perspectiva sempre que haja necessidade de alertar a plateia para alguma questão significativa ou crítica. Quando você, instrutor, está facilitando a improvisação, atua como “Coringa”. Você pode parar a cena em qualquer momento e pedir aos atores ou audiência que modifiquem a cena ou desfecho.

A beleza da abordagem de Boal está em sua simplicidade. Essas técnicas têm sido utilizadas com milhões de pessoas ao redor do mundo. Ninguém precisa de habilidade artística para utilizá-las. O/a facilitador/a também não precisa. É necessário apenas um pouco de preparação e confiança. Nos exercícios que envolvem dramatização no capítulo 4 estão instruções bem claras de como fazer. Construa a atividade passo-a-passo. A atividade chamada “icebreaker” (quebra-gelo) fará com que os/as participantes se acostumem a se movimentarem e interagirem e, a medida em que ficam mais relaxados, ficarão mais receptivos às técnicas teatrais. Portanto, não use diretamente essas técnicas porque os/as participantes estarão auto-centrados e relutantes. Espere até que os membros do grupo estejam à vontade entre si e verá como essas técnicas são poderosas. Os métodos de Boal são utilizados na Academia da Polícia Civil de São Paulo e também no treinamento de novos/as policiais em Nova Iorque.

VOCÊ, COMO FACILITADOR/A

Idealmente, cada sessão de treinamento deve ser facilitada por, pelo menos, dois facilitadores, preferencialmente um homem e uma mulher. Ter apenas facilitadoras do sexo feminino reforça a visão de que violência baseada em gênero é apenas um “assunto de mulheres”. Em cursos nas instituições policiais, que são predominantemente masculinas, os/as alunos/as tendem a confiar menos na experiência, conhecimento e autoridade das facilitadoras mulheres, especialmente se elas não forem policiais. Ter dois facilitadores também permite que enquanto uma pessoa conduz a sessão, que a outra observe a dinâmica do grupo e faça anotações das questões levantadas para discussão posterior. Caso surja algum problema, se algum participante se sentir muito desconfortável com algum exercício ou passar mal, o segundo/a facilitador/a poderá dar atenção a ele/a.

Como você deve ter percebido até aqui, seu papel não será de um/a professor/a ou instrutor/a tradicional. O/a professor/a na nossa pedagogia é um/a facilitador/a de processos, de discussões. É ele ou ela quem vai formar os grupos, distribuir as tarefas e estabelecer a dinâmica de funcionamento das atividades. E vai, principalmente, sistematizar o que foi discutido de modo a estabelecer um ambiente onde os/as participantes possam desenvolver suas habilidades e qualificar a maneira como atuam na profissão e na vida através da reflexão sobre suas atitudes e valores e da construção coletiva de conhecimentos.

COMO SE SENTIR CONFIANTE NO PAPEL DE FACILITADOR/A

Quando não nos sentimos confiantes enquanto instrutores/as é mais fácil buscarmos aumentar as nossas possibilidades de controle: colocar os/as alunos/as em fileiras, apresentar um powerpoint, dar uma palestra e deixar pouco espaço para discussão. Professores/as geralmente se preocupam com o fato de que os/as alunos/as possam fazer perguntas que não saberão responder e de que isso, de alguma forma, exponha a sua “ignorância”. Contudo, todos os exercícios nesse manual foram pensados para que o grupo seja incentivado a responder as questões coletivamente.

A melhor maneira de se sentir confortável no papel de facilitador é preparar e praticar. Leia esse Manual até o fim para que compreenda a abordagem

que utiliza. Leia alguns dos materiais disponíveis no site do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, especialmente as três Casotecas do Selo de Práticas Inovadoras. Se você não se sentir confiante e seguro a respeito de algum assunto – violência sexual, por exemplo, então leia mais a respeito.

No processo de planejamento do curso e das aulas faça planos de aula, como os exercícios do capítulo 4, onde você pode planejar tempo, espaço, material necessário, sequência de atividades, intervalos, etc. Caso algo seja muito novo para você, como os “icebreakers” ou dramatizações, pratique com os/as colegas ou outras pessoas para que não seja a primeira vez que você esteja conduzindo quando for dar aula. Trabalhe de forma conjunta com seu co-facilitador. Prepare o espaço físico um dia antes, se possível, e ensaie as atividades do dia seguinte imaginando como o espaço será utilizado.



QUAIS AS PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES DE UM/A FACILITADOR/A?

Facilitadores tem a responsabilidade de criar um ambiente aberto e respeitoso. Lembre-se que essa pode ser a primeira vez que esses policiais estejam refletindo sobre questões de igualdade de gênero. As habilidades gerais de facilitação incluem:

- Garantir que todas as vozes sejam ouvidas (não deve haver hierarquia em sala de aula)
- Lidar com conflitos que possam surgir (lembrando que opiniões diferentes não representam necessariamente um conflito e devem ser consideradas)
- Saber identificar questões que devem ser tratadas posteriormente por não fazerem parte dos objetivos da sessão.

Fique atento “ao todo”: notar temas, padrões e implicações do que é dito e tentar identificar os jogos de poder entre alunos/as de diferentes gerações, diferentes postos hierárquicos e entre homens e mulheres.

Mantenha a conversa fluindo, garantindo que todos participem, não apenas alguns, de modo a manter o equilíbrio. Se um dos/as participantes falar muito ou por muito tempo, interrompa-o respeitosamente, agradeça e passe a palavra para outra pessoa.

Estimule os/as participantes a darem igual valor a todos os pontos de vista, tanto dos policiais homens, quanto das mulheres e também dos diferentes níveis hierárquicos. Assegure que as relações de poder sejam explicitadas. Fique atento/a para que policiais mulheres tenham oportunidade de falar e que não sejam interrompidas ou menosprezadas pelos colegas homens.

Seja sensível ao “clima”: as sessões bem-sucedidas dependem muito da maneira como você “lê a sala”. Isso inclui linguagem verbal e não-verbal. Verifique regularmente com os/as participantes para garantir que eles se sintam confortáveis.

Seja objetivo durante as sessões. Mostre interesse e respeito pelos diferentes pontos de vista expressados, independente se concordar ou não com eles, e certifique-se de manter um espaço de confiança e respeito.

Diálogo é aqui entendido como um processo coletivo de reflexão e mudança, onde os/as participantes falam e ouvem as perspectivas uns dos outros, de maneira mutuamente respeitável. Isso ajuda os/as participantes a criarem empatia com os outros e colocarem seus pontos de vista em contexto.

O diálogo efetivo leva ao aprendizado de novas informações. Não se trata de convencer outra pessoa sobre suas próprias opiniões, mas sim de ouvir a perspectiva do outro. É descobrir e construir pontes para uma melhor comunicação, em vez de debater ou julgar.

Diálogos devem acontecer em um **espaço seguro**, onde os/as participantes possam interagir com apoio de um/a facilitador/a treinado/a e se sentir à vontade para compartilhar e aprender com suas próprias experiências e desafiar crenças antigas sobre os papéis de gênero e igualdade de gênero (veja notas abaixo sobre como preparar as sessões de treinamento).

Respeito mútuo e honestidade são cruciais. O compartilhamento de experiências pessoais em um ambiente de apoio, onde indivíduos são ouvidos sem julgamentos (independentemente de seu sexo, etnia, capacidade, identidade

sexual ou religião) é essencial. Trabalhar com grupos maiores, portanto, não é recomendado porque o tamanho pode dificultar a condução das sessões em um ambiente confidencial, íntimo e de apoio mútuo para atingir os objetivos de aprendizado.



ALGUMAS QUESTÕES PRÁTICAS A SEREM CONSIDERADAS AO PLANEJAR SUAS AULAS

Público alvo: vai depender muito da composição da sua polícia local e o acesso que possui aos/às policiais. O treinamento pode ser oferecido como parte do programa formal de treinamento ou como uma sessão de treinamento independente. A presença pode ser obrigatória, oficiais seniores podem indicar os de menor patente para participarem, ou pode ser completamente voluntária. Os que se inscreverem voluntariamente, provavelmente serão mais interessados e entusiasmados. Por outro lado, fornecer treinamento relacionado a gênero para todo o efetivo policial é o grande objetivo. Em casos onde o treinamento é muito procurado você pode fazer uma seleção para ter uma composição equilibrada do grupo (veja abaixo) ou por nível de interesse. Vai ter que decidir que critério utilizar.

Composição do grupo: da mesma forma, isso afetará a composição do grupo a ser capacitado (homem, mulher, superior hierárquico ou subordinado). É provavelmente uma boa ideia tentar um equilíbrio, apesar das instituições policiais serem tipicamente masculinas. Ter no grupo policiais de posição hierárquica mais alta mostra aos nas posições inferiores que o tema é importante para a instituição. O curso será realizado com membros de apenas uma força policial ou reunirá profissionais de mais de instituição policial ou instituição de justiça criminal? Isso dependerá de suas circunstâncias e objetivos.

O ambiente de capacitação: Se possível, peça aos/às policiais para irem para o curso sem uniforme e desarmados para que não sejam diferenciados a priori e possam se conhecer no decorrer do processo de formação. Isso torna o ambiente mais informal e elimina algumas das diferenças visíveis, como posição hierárquica ou diferentes unidades ou instituições policiais. Também os permite falar não como policiais, mas como indivíduos com uma história pessoal para além de sua identidade profissional.

O espaço: sempre que possível, tente encontrar um local que seja silencioso e sem distrações, com cadeiras soltas para que você possa colocá-las em semi-círculo para algumas atividades (de preferência nunca enfileirados) em pequenos grupos para outras ou ao redor de uma mesa para exercícios em grupo para que os/as participantes se vejam e seja criado um espaço físico de interação, participação e coletividade. Os facilitadores podem ficar no meio ou serem parte do círculo.

Identifique o **equipamento** disponível no local e o que você precisará levar (lousa/quadro branco/negro, projetor, flipchart, papel, canetões apropriados) etc

Planeje intervalos com lanche e água suficientes para todos. Dar aos/às participantes algum tempo livre entre as atividades tanto para relaxarem, quanto para conversarem entre si, vai ajudá-los a manter o foco durante toda a sessão.

Distribua **etiquetas** onde os/as participantes possam escrever seus nomes (apenas o primeiro nome, não precisa ser nome inteiro, nome “de guerra” ou posição hierárquica)

PLANEJAMENTO DE CURSO E DAS AULAS

Cada pessoa que utilizar esse Manual terá diferentes necessidades, dependendo do público-alvo, dos objetivos da capacitação e o tempo que ela e os/as participantes tiverem disponível. Portanto, um curso pode assumir um número infinito de formas, por exemplo:

- uma semana numa academia de polícia (5 dias com 6-7 horas de atividades diárias)
- dois dias seguidos numa academia de polícia
- quatro horas por semana durante 8 semanas.
- um dia por mês por quatro meses

- duas horas por semana, à noite, numa escola local
- dias alternados (um dia sim, outro não), 8hs diárias (considerando profissionais que trabalhem na escala 12x36)

Quando falamos em curso, pensamos em uma capacitação que terá um número específico de aulas, podendo ser um curso longo ou curto, dependendo do seu objetivo. Há claramente início, fim e um objetivo geral de aprendizado. Neste curso serão feitas atividades que terão seus objetivos específicos.

Nós sabemos a dificuldade que é mobilizar profissionais da segurança pública para a realização de cursos. Enquanto estão em sala de aula, seu posto ou atividade terá que ser ocupada e desenvolvida por outra pessoa e nem sempre existem profissionais disponíveis. O ideal é que o curso seja feito em dias seguidos, de uma vez, porque facilita o envolvimento dos alunos. Mas ele pode ser adaptado conforme a realidade local.

Abrindo os cursos

Uma vez que o espaço está preparado e tem disponível todos os equipamentos que irá utilizar, você está preparado/a para dar as boas-vindas aos/às participantes do curso. Talvez ele tenha início com uma abertura oficial e, por isso, os/as policiais irão uniformizados/as a essa primeira sessão. Faça um “icebreaker” para ajudar todos a relaxarem e sentirem a abordagem que será utilizada. Se apresente e explique o que acontecerá durante o curso. Indique quais as expectativas em relação à frequência, participação e preparação para as aulas (como leituras prévias recomendadas). Serão fornecidos certificados? Se sim, haverá algum critério? Esses pontos precisam ser esclarecidos no início. Reconhecemos que policiais geralmente têm que incluir a capacitação em sua rotina normal de trabalho e que podem ser chamados para atender alguma urgência, mas espera-se que as ausências sejam mínimas.

Outra coisa importante é administrar a “avaliação das necessidades de aprendizagem”. Se trata de um questionário simples, que deve ser entregue aos/às participantes no início do curso a fim de descobrir alguns aspectos relacionados ao grupo com o qual estará trabalhando nos próximos dias ou semanas. Para policiais mais experientes você deve per-

guntar se já tiveram algum tipo de capacitação relacionada às questões de gênero fornecida ou pela instituição policial ou por outra organização; o quão seguros se sentem em relação ao seu conhecimento da Lei Maria da Penha, se alguma vez já visitaram uma delegacia da mulher ou se estão cientes dos protocolos que devem ser seguidos para as diferentes formas de violência contra as mulheres e assim por diante. Para novos/as policiais, as questões devem estar relacionadas ao conhecimento que tem em relação à violência contra as mulheres e o papel da polícia em seu enfrentamento.

Fechando os cursos

Ao final de cada curso é possível que aconteça uma espécie de solenidade na qual os certificados serão integrados. Mas é importante aproveitar também esse momento para aplicar um questionário com dois propósitos:

- Verificar se aumentaram seu conhecimento, compreensão e habilidades em relação às perguntas colocadas na pesquisa do início do curso
- Avaliação do curso em termos mais gerais

Sessões

Sessão aqui é entendida como uma unidade de tempo. Por exemplo, se o seu curso acontece ao longo de cinco dias, então um dia equivale a uma sessão. Se o seu curso acontece uma vez por semana por quatro horas em uma quarta-feira a tarde, então aquele período de quatro horas equivale a uma sessão. Durante uma sessão você terá várias atividades e intervalos dependendo da duração da sessão.

Como verá no capítulo 4, recomendamos abrir cada sessão com um “ice-breaker”. Eles podem ser curtos, mas são importantes porque “dão o tom”, permitem que os/as participantes relaxem e reforçam as habilidades de comunicação. É uma boa ideia no início de cada sessão explicar o que será abordado e quando e se acontecerão os intervalos.

Após as sessões

Ao final de cada sessão, faça questão de agradecer a todos por compartilharem seus pontos de vista e explicar os próximos passos. Quando todos os/as participantes tiverem saído, sente-se com seu co-facilitador e revise a sessão: quais foram as coisas mais importantes ditas em cada tópico? O que foi surpreendente para você? Onde estão as áreas de conflito? Há lacunas no conhecimento e entendimento dos/as participantes que precisam ser abordados mais adiante? O que precisa mudar na próxima sessão?

Aprendizado além da sala de aula: leitura, discussão, troca de experiências e visitas

As atividades que sugerimos neste Manual são um ponto de partida para o/a policial que queira se tornar mais habilidoso e profissional em como lidar com a violência contra as mulheres. Essas atividades foram pensadas para criar um espaço para exploração e diálogo para que um grupo de policiais possa desenvolver conjuntamente seus valores, habilidades e conhecimentos. Por isso as sessões são muito interativas.

No entanto, há muitos outros caminhos que podem ajudar os/as policiais a adquirirem mais conhecimento:

Leia mais: No site do FBSP há diversas pesquisas com informações úteis sobre violência contra as mulheres, que abordam desde as estatísticas de crimes até o que vítimas esperam das polícias e o que as instituições policiais no país estão fazendo efetivamente para combater essa violência. As três Casotecas do Selo FBSP possuem excelentes estudos de casos sobre boas práticas nas instituições policiais e sistema de justiça criminal. Uma vez que você tenha feito os exercícios introdutórios uma forma de iniciar o debate sobre a melhora do trabalho policial é ler uma das experiências e discuti-las em grupo: que lições são possíveis aprender com essa experiência? O que pode ser replicado?

Convide um participante de outra instituição. Nossa experiência com as oficinas para policiais no Brasil sobre esse tema mostrou que as instituições dos sistemas de segurança e justiça criminal raramente se comunicam. Por exemplo, um/a delegado/a titular da Delegacia da Mulher poderia ser convi-

dada/o para falar para policiais militares ou guardas municipais sobre o que acontece depois que eles levam uma vítima de violência doméstica até a delegacia da mulher para o registro de uma ocorrência. Ou convide o/a Juiz/a do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres para falar com a polícia sobre medidas protetivas de urgência. Da mesma forma policiais militares ou guardas municipais podem ser convidados para os cursos na polícia civil. Outra maneira de estimular essa aproximação e troca de experiências é fazer um curso no qual os/as alunos/as são de diferentes instituições: polícia militar, guarda municipal, polícia civil, perícia, ministério público, justiça estadual. Essa configuração é desafiadora, mas com muito potencial. E é importante reforçar que não há subordinação de saberes e nem que um profissional é mais importante que outro.

Visite outras instituições: melhor do que uma fala em sala de aula é uma visita “in loco”. Alunos/as lembram melhor da informação quando o contexto é novo e não familiar e quando podem realmente ver onde as coisas acontecem. Levem os/as policiais da patrulha Maria da Penha para a Delegacia da Mulher, para que possam conhecer todo o espaço físico e fazer perguntas. Leve os/as guardas civis municipais para o Instituto Médico Legal, para que possam visitar a Sala Lilás e compreender melhor como atender vítimas de violência sexual sem perder evidências forenses fundamentais no trajeto de onde encontraram a vítima até o IML.





CAPÍTULO 4

**ATIVIDADES E EXERCÍCIOS
PRÁTICOS**



A seguir você vai encontrar uma série de exercícios práticos para serem utilizados em sala de aula e que abordam os seguintes temas:

ATIVIDADE

CONSTRUINDO HABILIDADES DE COMUNICAÇÃO

- A 1 Icebreaker: Palmas e teia da vida
- A 2 Icebreaker: Jogo do nome de animal
- A 3 Icebreaker: Taxi!
- A 4 Icebreaker: Ritmo e movimento
- A 5 Icebreaker: Cruz e círculo, 1-2-3
- A 6 Icebreaker: Espelho e carro cego
- A 7 Icebreaker: Desatar o nó
- A 8 Os quatro elementos do diálogo efetivo

ENTENDENDO VIOLÊNCIA BASEADA EM GÊNERO E ATITUDES SOCIAIS

- B 1 Boa menina, bom menino
- B 2 Jogo de poder
- B 3 Histórias urbanas
- B 4 Crenças e mitos de gênero e violência

COMPREENDENDO E APLICANDO AS LEIS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

- C 1 Compreendendo a Lei Maria da Penha
- C 2 Compreendendo a Lei do Feminicídio
- C 3 Compreendendo e respondendo à violência sexual

PRÁTICAS POLICIAIS E A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE PROTEÇÃO LOCAL

- D 1 Mapeando gênero e violência na sua cidade
- D 2 Traçando a jornada da vítima
- D 3 Analisando protocolos e diretrizes para a atuação policial
- D 4 Apreciando e melhorando sua própria prática policial
- D 5 Construindo e melhorando a rede local de proteção
- D 6 Violência contra as mulheres e a cultura institucional da polícia
- D 7 Atividade final do curso: comprometendo-se com melhores práticas e fazendo transformações

A: CONSTRUINDO HABILIDADES DE COMUNICAÇÃO

ICEBREAKERS

Definir o tom para as sessões de treinamento é muito importante. Como mencionado acima, é importante proporcionar um local e ambiente apropriados para o treinamento. Você precisa de espaço para se movimentar e sentir confortável. O espaço não deve parecer muito formal.

Todas as sessões diárias de treinamento devem começar com um icebreaker. Icebreakers são uma parte da aprendizagem eficaz. Uma vasta literatura na pedagogia e psicologia nos mostram que a maneira mais eficaz de aprender é através do envolvimento não apenas da mente (racionalidade), mas também do corpo e das emoções. Os icebreakers que sugerimos aqui vão envolver com frequência movimento físico, exigindo dos/as participantes o trabalho em duplas, ouvindo e comunicando com seus pares. Como pudemos perceber no capítulo 3, esses exercícios são emprestados ou inspirados nas dinâmicas técnicas teatrais de Augusto Boal, utilizadas também em outros exercícios mais para frente.⁸

Icebreakers proporcionam um ambiente mais relaxado e informal para dar início a um dia de aprendizado. Fazem as pessoas rirem e permite que brinquem e se soltem. Dessa forma, cria relação de igualdade entre os/as participantes mesmo que fora da sala de aula tenham diferentes posições hierárquicas. Isso é especialmente importante nas polícias. Esses exercícios ajudam os/as participantes a se concentrarem, ouvirem uns aos outros, compartilharem experiências e estabelecerem empatia. Encorajam confiança nos/as colegas e demonstram a importância do trabalho em equipe, cooperação e atenção ao outro. Nesse Manual para instrutores sugerimos que sejam feitas muitas atividades em duplas e equipes porque queremos que todos os/as participantes tenham a mesma oportunidade de contribuir para a discussão e resolução de problemas. Todas essas habilidades são importantes na capacitação, mas também na atividade de policiamento relacionada ao enfrentamento da violência contra as mulheres e ao atendimento às vítimas de violência.

⁸ Veja "200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro" de Augusto Boal para mais sugestões.

Cada icebreaker tem um propósito e podemos aprender diferentes coisas com eles.

Você pode escolher fazer um icebreaker que é muito rápido ou outro mais complicado. É uma boa ideia praticar antes da sessão com um amigo ou colega para que esteja confiante antes de aplicá-lo com o grupo. De qualquer forma, quanto mais você trabalhar com grupos, mais confiante ficará e terá mais instrumentos para avaliar em que momento cada atividade é mais adequada. Às vezes quando o grupo está muito cansado ou disperso fazer um rápido icebreaker que exija movimentação corporal pode ajudar a retomar o foco, concentração ou dar uma dose extra de energia para continuarem as atividades.

A seguir há algumas sugestões de icebreakers e como usá-los.

A 1	Icebreaker: Palmas e teia da vida	Começo da primeira sessão com participantes de diferentes instituições.
A 2	Icebreaker: Jogo do nome de animal	Começo da primeira sessão com participantes da mesma instituição
A 3	Icebreaker: Taxi!	Use em qualquer sessão subsequente
A 4	Icebreaker: Ritmo e movimento	Use em qualquer sessão subsequente
A 5	Icebreaker: Cruz e círculo e 1-2-3	Use em qualquer sessão subsequente
A 6	Icebreaker: Espelho e carro cego	Use em qualquer sessão subsequente
A 7	Icebreaker: Desatar o nó	Use em qualquer sessão subsequente

ATIVIDADE A 1: ICEBREAKER: PALMAS E TEIA DA VIDA

Breve descrição da atividade:

Um jogo de palmas e jogo de arremesso de barbante com os/as participantes em pé em um círculo. Esse é uma boa atividade para o início do curso, quando os/as participantes se encontram pela primeira vez, especialmente se são de diferentes instituições.

Objetivos de competência e atitude:

Escuta ativa e atenção

Entender a importância de trabalho em equipe

Objetivo:

Ao final da atividade, os/as participantes conhecerão os nomes uns dos outros, estarão atentos e concentrados uns nos outros, se sentirão parte de um grupo, e estarão mais relaxados e preparados para a escuta ativa e o exercício de diálogo que vem a seguir.

Duração: 20 minutos

Material: Uma bola de barbante ou fio

Dicas de preparação/facilitação:

Certifique-se que os móveis da sala tenham sido removidos de forma a permitir que o grupo se posicione em um grande círculo.

Certifique-se de que todos/as estejam confortáveis antes de começar, e tenham guardado bolsas, mochilas, casacos, etc.

Certifique-se de que todos/as tenham escrito seu nome de forma clara (não precisa ser o nome completo, mas o primeiro nome ou como preferem ser chamados/as)

Certifique-se de que todos/as estão incluídos em um único círculo

Passos a seguir:

1. Todos devem ficar de pé em círculo. Um por um, cada pessoa diz seu nome claramente, em volta do círculo.

2. Em seguida, cada pessoa bate palmas, um por vez, em volta do círculo. É provável que seja lento no início, mas encoraje-os a acelerar o máximo possível e dar a volta ao círculo 3-4 vezes.
3. Em seguida, explique que eles vão dizer seu próprio nome, bater palmas uma vez e, mantendo as mãos juntas, apontará para outra pessoa no círculo.
4. A pessoa que recebeu o aplauso, em seguida, diz seu próprio nome, bate palmas e aponta para outra pessoa. Isso continua. É provável que seja lento no começo, mas conforme as pessoas se acostumam com o jogo, ele pode acelerar.
5. VARIAÇÃO: Em vez de a pessoa bater palmas dizendo seu próprio nome, eles dizem o nome da pessoa para “receber” o aplauso (caso consigam ler a etiqueta com o nome)
6. Uma vez que o jogo tenha sido jogado por um tempo considerado suficiente (considerar se todos puderam falar seus nomes), todo mundo dá uma salva de palmas.
7. Então, passe para **a teia da vida**. Segure firmemente uma extremidade de rolo de barbante/fio e jogue o rolo para outra pessoa. Esta nova pessoa diz algo sobre o seu papel na polícia. Segurando a corda, essa pessoa joga a bola para outro participante, que faz o mesmo. Continue até que todos/as tenham se apresentado e estejam segurando uma parte do fio na mão.
8. Pergunte aos/às participantes o que acharam do exercício e porque acham que você escolheu essa atividade;
9. Caso não tenha sido sugerido pelo grupo, então você pode apontar que a teia de fios é uma metáfora física de como todos se conectam e como os papéis dos/as participantes como policiais contribuem para tornar a cidade mais segura para todos como um elemento da rede de proteção. Reconhecer conexões é importante para entender como nos influenciamos mutuamente.
10. Todo mundo dá uma salva de palmas. Todos tomam seus assentos novamente e você passa para o próximo exercício.

ATIVIDADE A 2: ICEBREAKER: JOGO DO NOME DE ANIMAL

Breve descrição da atividade:

Esse é uma alternativa ao exercício acima da teia da vida.

É ideal se os/as participantes forem da mesma instituição, mas de diferentes posições e atividades.

Objetivos de competência e atitude: Escuta ativa e atenção

Objetivo:

Ao final da atividade, os/as participantes conhecerão os nomes uns dos outros e conseguirão associá-los com algo não apenas relacionado ao seu status profissional. Estimula o foco e a igualdade no grupo, preparando para atividades em grupo.

Duração: 20 minutos

Material: Nenhum

Dicas de preparação/facilitação:

Afastar os móveis da sala de forma a permitir que o grupo se posicione em um grande círculo.

Certifique-se de que todos estejam confortáveis antes de começar, e tenham guardado bolsas, mochilas, casacos, etc.

Certifique-se de que todos estão incluídos em um único círculo.

Encoraje as pessoas a atuarem realmente como um animal, agindo e emitindo sons como um, talvez de uma forma exagerada.

Passos a seguir:

1. Todo mundo fica em pé, em círculo. Você começa dizendo: “Meu nome é xxx e eu sou um leão” Grrr – use a sua voz e corpo para imitar um leão.
2. Explique à pessoa a sua esquerda que ela deve te apresentar: “Essa é a xxx e ela é um leão. Grrr” com a mesma atitude e som que você usou. Aí essa pessoa se apresenta escolhendo um animal diferente, fazendo seu som e um gesto como o animal escolhido, por exemplo: “Meu nome é David e eu sou uma galinha”.

3. Percorrendo o círculo, um a um, cada pessoa apresenta a pessoa à sua direita, com seu gesto e som animal e depois se apresenta, escolhendo um novo animal, gesto e som.
4. Ao final você vai ao centro e aponta para um participante aleatoriamente e todos devem dizer seu nome, e fazer seu gesto e som animal. Faça isso até que o grupo tenha feito o som e gesto de todos os animais dos/as participantes do grupo.

ATIVIDADE A 3: ICEBREAKER: TAXI!

Breve descrição da atividade:

Participantes andam pela sala. Eles devem se concentrar em seguir as instruções do/a facilitador/a. Essa é uma boa atividade para animar e dar energia aos/as participantes e envolve movimentação e muita concentração.

Objetivos de competência e atitude: Escuta ativa e atenção

Objetivo: Ao final da atividade, estarão atentos e mais relaxados.

Duração: 5 minutos

Material: Nenhum

Dicas de preparação/facilitação:

Você precisa de bastante espaço para essa atividade, então afaste os móveis para deixar o espaço livre.

Certifique-se de que os/as participantes usem todo o espaço e fiquem à vontade para andarem em qualquer direção.

Certifique-se de que seus comandos sejam ouvidos por todos.

Passos a seguir:

1. Todos os participantes devem encontrar um espaço na sala e ficarem em pé. Diga a eles que devem seguir suas instruções enquanto se movimentam pela sala. Peça para começarem andando de forma relaxada.

2. Depois de 30 segundos diga “pare”! Diga aos/às participantes que quando você disser “Taxi!” eles devem levantar os braços como se estivessem acenando para um táxi e quando você disser “vire” eles devem girar 360 graus no próprio lugar. Demonstre como fazer. Peça que comecem a andar.
3. A cada 10-15 segundos mais ou menos diga em voz alta um dos comandos. Podem ser alternados ou seguidos, um depois do outro, para surpreendê-los. Faça isso por mais ou menos um minuto e depois diga “pare”!
4. Explique aos/às participantes que você vai inverter os comandos: quando disser “taxi” eles devem girar 360 graus e quando você disser “vire” eles devem acenar para um taxi. Diga a eles para andarem pela sala.
5. A cada 10-15 segundos mais ou menos diga em voz alta um dos comandos. Podem ser alternados ou seguidos, um depois do outro, para surpreendê-los. Faça isso por mais ou menos um minuto e depois diga “pare”!
6. Introduza dois novos comandos: “pule” e “mude de direção”. Agora eles/as terão quatro comandos para seguir – “taxi” e “vire” (com os sentidos invertidos) e “pule” e “mude a direção”, com seu significado normal por enquanto. Diga aos/às participantes para andarem pela sala.
7. A cada 10-15 segundos mais ou menos diga em voz alta um dos quatro comandos. Podem ser alternados ou seguidos, um depois do outro, para surpreendê-los. Faça isso por mais ou menos um minuto e depois diga “pare”!
8. Explique que você vai inverter os dois últimos comandos: quando você gritar “pule” eles devem mudar a direção e quando você disser “mude de direção”, eles devem pular. Peça que eles sigam andando pela sala.
9. Introduza dois novos comandos: “bata palma” e “dance”. Faça o mesmo que fez com os outros quatro comandos: na primeira vez que utilizá-los seu significado é o normal. Peça que eles andem pela sala.
10. A cada 10-15 segundos mais ou menos, diga um dos seis comandos. Faça isso por mais ou menos um minuto e depois diga: “pare”!

- 11.** Explique que você vai inverter igualmente os dois últimos comandos. Peça que os/as participantes andem pela sala e diga os comandos por mais ou menos um minuto. Todo mundo dá uma salva de palmas e a atividade termina.

ATIVIDADE A 4: ICEBREAKER: RITMO E MOVIMENTO

Breve descrição da atividade:

Participantes devem se concentrar nas atitudes (movimento, palavras e gestos).

Objetivos de competência e atitude: Escuta ativa e atenção

Objetivo:

Consciência de nossos hábitos de pensamento e a necessidade de quebrá-los. Ao final da atividade, estarão atentos e mais relaxados.

Duração: 10 minutos

Material: Nenhum

Dicas de preparação/facilitação:

Os sons que serão utilizados para substituir os números devem ser ditos de forma clara e com energia.

A pessoa que vai ao centro do círculo deve criar qualquer ritmo e som que quiser, contanto que não seja algo que costume fazer em seu dia a dia. Não fique com receio de parecer bobo ou esquisito. Se todos entrarem no clima, ninguém parecerá bobo ou esquisito.

Todos devem tentar reproduzir o que estiverem vendo e ouvindo da forma mais precisa possível: o mesmo movimento, a mesma voz, o mesmo ritmo. Se uma mulher estiver no centro, os homens do círculo não devem tentar reproduzir uma versão “masculinizada” do movimento, mas reproduzir exatamente o que viram e vice-versa.

Passos a seguir:

1. Os/as participantes formam um círculo. Você vai ao meio e faz qualquer movimento acompanhado de um som e ritmo que você inventou.
1. Todos os outros imitam você tentando reproduzir exatamente os movimentos e sons ao mesmo tempo que você.
3. Em seguida, enquanto faz seu movimento e som você se aproxima de alguma outra pessoa do círculo, a convidando para tomar seu lugar.
4. Essa pessoa entra no círculo e lentamente modifica o ritmo e o som da forma que preferir.
5. Todos seguem e imitam esse segundo líder que, então, desafia uma terceira pessoa e assim por diante, até que todos tenham tido a oportunidade de ficar no centro.
6. Discussão em grupo: esse é um exercício de empatia. Ao tentar reproduzir exatamente o movimento e som de outra pessoa, nós focamos naquilo que vemos no exterior da pessoa que está no centro de maneira a compreender melhor o que está no interior. Isso é muito útil para policiais: compreender que cada vítima vai se apresentar de uma forma diferente.

ATIVIDADE A 5: ICEBREAKER: CRUZ E CÍRCULO E 1-2-3

Breve descrição da atividade:

Participantes devem se concentrar nas atitudes (movimento, palavras e gestos)

Objetivos de competência e atitude: Escuta ativa e atenção

Objetivo:

Consciência de nossos hábitos de pensamento e a necessidade de quebrá-los. Ao final da atividade, estarão atentos e mais relaxados.

Duração: 10 minutos



Material: Nenhum

Dicas de preparação/facilitação:

Você não vai precisar de muito espaço para essa atividade -- pode ser feita numa sala com móveis.

Demonstre cada uma das etapas do icebreaker 1-2-3.

Certifique-se que os/as participantes inventem suas próprias ações/sons e não copiem o/a facilitador/a.

As ações e sons que substituirão os números devem ser claros e feitos com energia!

Passos a seguir:

1. Peça que todos os/as participantes se levantem. Peça que desenhem uma cruz no ar com a mão esquerda. Pode ser grande ou pequena, como preferirem. Deixe que repitam diversas vezes. É fácil, qualquer pessoa pode fazer. Pare.
2. Agora peça que desenhem um círculo no ar com a mão direita. Também é fácil. Parem.
3. Peça, então, para fazerem os dois desenhos ao mesmo tempo – a cruz com a mão esquerda e o círculo com a direita. Muito difícil!
4. Deixe-os tentarem fazer vice-versa (uma cruz com a mão direita e um círculo com a mão esquerda). Um pouco mais fácil...
5. Discussão: Por que é tão difícil? Pura memória mecânica muscular. Todos temos hábitos que aprendemos diariamente por repetição; hábitos físicos e mentais que é difícil – mas não impossível – “desaprender”.
6. Peça que formem duplas. Devem ficar em pé, olhando um para o outro. Em cada dupla há o participante “A” e o “B”. Cada dupla conta até três em voz alta: participante A diz “um”, participante B diz “dois”, participante A diz “três” e assim por diante. Deixe-os praticarem por trinta segundos mais ou menos e peça que parem.

7. Peça ao participante A para pensar em um som para substituir o número “um”, que será usado toda vez pelos dois participantes. Faça uma demonstração com um/a voluntário/a. Então as duplas contam 1-2-3 diversas vezes e o número 1 deve sempre ser substituído pelo som criado pelo participante A. Deixe-os praticarem por trinta segundos mais ou menos e peça que parem.
8. Participante B, então, deve pensar em um movimento para substituir o número “dois”. A dupla agora conta até três diversas vezes, substituindo os números 1 e 2 pelo som e pelo movimento criados pelos/as participantes A e B respectivamente. Faça uma demonstração com um/a voluntário/a. Deixe-os praticarem por trinta segundos mais ou menos e peça que parem.
9. Peça que cada dupla pense em um movimento combinado com som para o número 3. A dupla continua contando até três diversas vezes substituindo os números 1, 2 e 3 pelos movimentos e sons “inventados” pela dupla. Faça uma demonstração com um/a voluntário/a. Deixe-os/as praticarem por trinta segundos mais ou menos e peça que parem.
10. Todo mundo dá uma salva de palmas.

ATIVIDADE A 6: ICEBREAKER: ESPELHO E CARRO CEGO

Breve descrição da atividade:

Os/as participantes devem refletir as ações dos/as outros/as como se estivessem de frente a um espelho. Então uma das pessoas da dupla é “dirigida” como se fosse um carro pela outra pessoa.

Objetivos de competência e atitude: Escuta ativa e atenção

Objetivo:

Esse exercício também demonstra a importância da confiança e interdependência em relação aos/as colegas. Ao final da atividade, estarão atentos/as e mais relaxados/as.

Duração: 10 minutos



Material: Nenhum

Dicas de preparação/facilitação:

Você precisa de bastante espaço para essa atividade, então afaste os móveis para deixar o espaço livre. Demonstre esse exercício com um/a voluntário/a primeiro.

Passos a seguir:

1. Peça aos/às participantes para andarem pela sala de forma relaxada, mudando sempre de direção. Peça que parem.
2. Participantes formam duplas com a pessoa mais próxima e ficam de frente um para o outro.
3. Demonstre com um/a voluntário/a primeiro. Participante A levanta a mão e coloca 10cm distante do rosto do participante B. Participante A movimenta sua mão devagar e o participante B deve seguir o movimento da mão (como se estivesse hipnotizado) – pra cima, pra baixo, mover para direita, para a esquerda.
4. Participante A guia o/a participante B por um ou dois minutos.
5. Peça aos/às participantes para mudarem de posição por mais um ou dois minutos – agora o participante B é quem guia o/a participante A.
6. Demonstre o próximo exercício com um/a voluntário. O participante B fica de costas para o participante A. O participante A vai “dirigir” o participante B como se fosse um carro. Aqui estão os sinais:
 - Mão no meio das costas – ande em frente.
 - Retire a mão (sem toque) – pare.
 - Mão no ombro direito – vire à direita.
 - Mão no ombro esquerdo – vire à esquerda.

7. As duplas agora se movimentam e treinam pelo espaço livre da sala. Participante A deve certificar-se para não trombar em outras duplas, encontrando os espaços disponíveis. Depois de um minuto ou dois, diga “pare”!
8. Agora o participante B deve fechar os olhos e confiar inteiramente no “motorista”. Praticam por alguns minutos. Diga: “pare”!
9. Os/as participantes trocam de posição e repetem a mesma sequência – primeiro o “carro” é dirigido com os olhos abertos e depois com os olhos fechados.
10. Quando terminar a atividade pergunte aos/às participantes, como se sentiram? Confiaram em suas duplas? Ficaram com vontade de abrir os olhos? Abriram os olhos? O que esse exercício demonstra?

ATIVIDADE A 7: ICEBREAKER: DESATAR O NÓ

Breve descrição da atividade:

Os/as participantes trabalham em dupla, apoiando um o outro de diferentes formas.

Então os/as participantes formam um círculo e juntam as mãos aleatoriamente. Aí devem desatar o nó, sem soltar as mãos.

Objetivos de competência e atitude:

Escuta ativa e atenção

Trabalho em equipe e solução de problemas

Objetivo: Esse exercício também demonstra a importância do trabalho em equipe e cooperação para a resolução de problemas.

Duração: 10 minutos

Material: Nenhum

Dicas de preparação/facilitação:

Você precisa de bastante espaço para essa atividade, então afaste todos os móveis.

Passos a seguir:

1. Peça aos/às participantes para andarem pela sala de forma relaxada, mudando de direção. Então diga “pare”.
2. Cada um/a encontra uma dupla. Demonstre, com um/a parceiro/a, como você vai encontrar equilíbrio com sua dupla. Posicione duas partes de seus corpos juntas – por exemplo testa com testa, ou mão esquerda com alguma das mãos da dupla – qualquer posição ou parte do corpo que permita apoiarem um no outro, sentindo um o peso do outro. Permaneça nessa posição e então, bem devagar, mova para cima, para baixo, de um lado para outro, para frente e para trás.
3. Peça que os/as participantes levistem e escolham outra posição – isso pode ser tão desafiador quanto quiserem! Segurem por 20 segundos. Endireitem-se e relaxem.
4. Diga que os/as participantes andem pela sala livremente. Parem.
5. Peça que os/as participantes formem um grupo de 8-10 pessoas e formem um círculo.
6. Peça que estiquem suas mãos no centro do círculo e segurem a mão de alguém.
7. A tarefa do grupo é desatar o nó humano sem que soltem as mãos. Os/as participantes podem passar por baixo ou por cima dos braços.
8. Dê aos membros do grupo cerca de 5 minutos para destarem sozinhos o nó.



INTRODUÇÃO PARA A ATIVIDADE: ESCUITA ATIVA E DIÁLOGO EFETIVO

Este exercício prepara a polícia para quatro aspectos do diálogo efetivo. Estes são cruciais porque:

- Uma das queixas mais comuns sobre a polícia em relação ao enfrentamento da violência baseada em gênero é que as vítimas sentiram que não foram ouvidas adequadamente

- A polícia precisa ouvir atentamente o que as vítimas de violência de gênero estão dizendo a elas, a fim de descobrir o que realmente aconteceu e de que proteção essa pessoa precisa.
- Nossos próprios preconceitos, experiências de vida e estruturas cognitivas muitas vezes nos atrapalham a “ouvir” o que as vítimas e as testemunhas estão realmente dizendo
- A polícia precisa praticar a reflexão sobre si mesma. Admitir que nem sempre acertamos é o primeiro passo para tentar melhorar.

Elementos da Escuta Ativa

- **A escuta ativa** significa estar presente e se colocar no lugar da pessoa que está lhe dizendo algo para ser capaz de entender o que ela quer transmitir. Um ouvinte ativo quer entender a mensagem e mostra interesse na conversa usando linguagem corporal afirmativa e não interrompendo com suas próprias opiniões.
- **Escuta empática:** Os profissionais de segurança pública precisam ser incentivados a escutar de forma empática, sem julgamento ou juízo de valor. É preciso sensibilizar os profissionais a saber ouvir e perceber determinados indícios de comportamento (vítima com medo/receio de falar ou de depor) e incentivá-los a atuar respeitosamente em cada situação. Os/As policiais militares, ao chegarem no local de atendimento, precisam ser cautelosos com a comunicação para que não haja revitimização. Os/As delegados/as precisam assumir uma lógica solidária e romper com a hierarquia da sala, por exemplo, em que o/a delegado/a se senta de frente à vítima (essa caracterização do local remete a um ambiente hostil: sentar lado a lado pode facilitar o processo de escuta).
- **Ser curioso** refere-se a estar preparado para aprender algo novo e entender que a pessoa que você está ouvindo quer compartilhar um “tesouro”, algo que é importante para ela. Envolve fazer perguntas para descobrir mais sobre o que a outra pessoa está compartilhando. As perguntas geralmente são abertas, afirmativas, respeitosas e incentivam a outra pessoa a compartilhar mais detalhes ou sentimentos.

- **Ser sincero** é compartilhar algo que você honestamente sente ou pensa sobre a opinião ou declaração da outra pessoa de uma maneira respeitosa, usando suas próprias experiências, fazendo falas em primeira pessoa, sem generalizar. Às vezes pode ser arriscado compartilhar uma verdade porque pode encerrar a conversa. É por isso que é importante ser honesto sobre os seus pensamentos e sentimentos e, ao mesmo tempo, mostrar seu respeito à outra pessoa. Diferentes pontos de vista, diferentes opiniões não devem ser impedimentos para o diálogo.
- **Fazer perguntas antes de julgar** significa suspender seu julgamento. Refere-se ao esforço de primeiro descobrir as razões por trás da opinião ou declaração da outra pessoa e fazer perguntas antes de formar sua opinião e expressar sua própria resposta.

ATIVIDADE A 8: OS QUATRO ELEMENTOS DO DIÁLOGO EFETIVO

Breve descrição da atividade:

A sessão se concentra em explorarmos juntos os quatro passos para um diálogo efetivo (ouvir ativamente, ser curioso, dizer a verdade, fazer perguntas antes de julgar). Atividade em duplas.

Objetivos de competência e atitude: escuta ativa e comunicação assertiva

Objetivo:

No final da sessão, os/as participantes terão aprendido e praticado o diálogo eficaz e habilidades de escuta. Os/As participantes compreenderão e serão capazes de explicar as quatro características do diálogo assertivo.

Duração: 1 hora e 15 minutos

Material: Flipcharts, canetões ou lousa branca e canetões apropriados

Dicas de preparação/facilitação:

Para esta primeira sessão, é vital que os/as participantes se sintam seguros, respeitados e ouvidos. Eles devem se sentir igualmente valorizados e as opiniões de todos devem ser respeitadas.

Fique atento a qualquer comportamento negativo entre os/as participantes, intervindo se houver comentários ou linguagem corporal negativos, comportamento destrutivo ou ataques diretos e apoiando-os a construir relacionamentos respeitosos entre si.

Estabeleça regras básicas junto com o grupo. Isso ajudará os/as participantes a entenderem o processo, sentirem-se mais à vontade para participar e comprometidos com o que for combinado. Repasse as regras básicas antes de cada sessão para lembrar aos/às participantes o que foi acordado.

Prepare um flipchart ou powerpoint antes da sessão com as quatro características para um diálogo assertivo, colando as imagens ao lado de cada característica.

Além disso, prepare um flipchart ou powerpoint com a mensagem principal para ler no final da sessão.

É importante enfatizar bons exemplos de habilidades de diálogo à medida que os/as participantes se envolvem uns com os outros.

É provável que os/as participantes precisem de exemplos para “compartilhar verdades” e usar declarações em primeira pessoa - “Eu”. Você pode preparar antes e ter exemplos prontos para compartilhar com eles.

Passos a seguir:

1. Estabeleça **regras básicas** junto com o grupo (5 minutos). Isso ajudará os/as participantes a entenderem o processo e sentirem-se mais à vontade para participar. É mais fácil se comprometerem quando participam da construção das regras coletivas do que quando não participam. Usando um flipchart ou uma lousa, solicite sugestões do grupo sobre regras básicas e escreva-as. Fazê-los sugerir lhes dá mais “propriedade” sobre as regras. Adicione as questões abaixo, caso elas não tenham sido sugeridas pelo grupo:

- Perguntas devem ser encorajadas e podem ser feitas a qualquer momento.
 - As questões compartilhadas serão mantidas estritamente confidenciais - exceto quando for exigido por lei a divulgação de informações.
 - Os/as participantes sabem que têm o direito de “pular” atividades / perguntas em que se sintam desconfortáveis.
 - Todas as opiniões e diferenças entre as pessoas devem ser respeitadas.
 - Os/as participantes devem falar por si e não em nome de outro participante. Eles devem usar “declarações em primeira pessoa” para expressar suas próprias opiniões e sentimentos.
- 2. Escuta ativa** (25 minutos). Peça às pessoas para formarem pares: a pessoa A pergunta à pessoa B “Por que você decidiu se tornar um/a policial?”
- 3.** Após cerca de 5 minutos, faça-os trocar de papéis e repita.
- 4.** Pare a conversa - agora peça a cada participante que repita ao parceiro um resumo do que disse.
- 5.** Após mais 5 minutos, pergunte aos/às participantes em geral
- Como você se sentiu falando com seu parceiro?
 - Quão bem você acha que eles ouviram e prestaram atenção em você?
 - Em que circunstâncias a escuta ativa e atenta seria valiosa em seu papel profissional como policial?
- 6.** Após a discussão, liste junto com os/as participantes boas habilidades de escuta em um flipchart (por exemplo, olhe para a pessoa quando ela estiver falando, mostre a eles que você está acompanhando a conversa por linguagem corporal afirmativa e repetindo as frases-chave que eles usaram)

Seja curioso, conte a verdade e faça perguntas antes de julgar (45 minutos)

- 7.** Depois de um breve intervalo, pergunte aos/às participantes o que eles acham que “ser curioso” significa. Ouça e faça anotações em um flipchart. Explique que isso é chamado de “modo de descoberta”. É sobre aprender algo novo. Envolve fazer perguntas para descobrir o que a outra pessoa está contando. As perguntas geralmente são abertas, respeitosas e incentivam a outra pessoa a compartilhar mais detalhes ou sentimentos.
- 8.** Também explique sobre a importância de ser verdadeiro - por que hesitamos em sermos sinceros? Ouça e faça anotações em um flipchart. Nós tememos ser julgados, sermos desacreditados, sermos punidos, sermos ridicularizados, etc.
- 9.** Por que deveríamos fazer perguntas antes de julgarmos? Ouça e faça anotações em um flipchart. Nós suspendemos o julgamento para descobrir as razões em vez de julgar primeiro. Explique aos/às participantes que não é fácil parar de julgar, mas podemos exercitar fazer perguntas antes de termos opinião formada e podemos praticar como reagimos com nossos corpos e nossas vozes quando as pessoas dizem algo que, para nós, é chocante.
- 10.** Agora peça a um participante de cada dupla que pergunte ao seu parceiro: “Em sua experiência como policial, você pode pensar em um incidente em que perdeu uma oportunidade de fazer a coisa certa?” [Nota do/a facilitador/a: isso NÃO precisa ser em relação à violência baseada em gênero - na verdade, é melhor que não seja]. Indique a eles que o parceiro de escuta deve ser curioso e fazer perguntas em busca de informações.
- 11.** De volta ao grupo, pergunte aos/às participantes como foi o exercício. Como foi se sentir desafiado? A outra pessoa foi ativa em fazer perguntas e não julgar?
- 12.** Resuma os quatro passos, mostrando-os no flipchart que você preparou de antemão. Pergunte aos/às participantes se há alguma dúvida ou algo que precisa ser acrescentado.

B. ENTENDENDO VIOLÊNCIA BASEADA EM GÊNERO E ATITUDES SOCIAIS

INTRODUÇÃO À ATIVIDADE

Uma das razões pelas quais os/as policiais geralmente não fazem o suficiente para ajudar as mulheres e outras vítimas de violência doméstica e sexual é que eles compartilham as normas de gênero da sociedade em geral. Eles/as também podem ter crenças sobre como policiais masculinos e femininos devem se comportar dentro da própria polícia. A fim de fazer com que os/as policiais questionem suas próprias atitudes e comportamentos, precisamos ajudá-los a ver como as normas de gênero moldam a maneira como os homens e as mulheres devem se comportar, como eles se relacionam com os outros, o quanto eles são valorizados ou desvalorizados pela sociedade e que oportunidades estão disponíveis para eles. Essas diferenças entre o que se espera de homens e mulheres não são estáticas ou universais. Elas são criadas pela sociedade, fazem parte de todas as culturas (variam entre as culturas) e podem mudar ao longo do tempo.

Antes de iniciar essa sessão, certifique-se de ler o capítulo 2 desse Manual, onde estão informações úteis sobre sexo, papéis de gênero, identidade e violência baseada em gênero.

ATIVIDADE B 1: BOA MENINA, BOM MENINO

Breve descrição da atividade:

Nessa sessão os/as participantes exploram que tipos de mensagens eles absorveram enquanto cresciam sobre o que seriam papéis de gênero “adequados”.

Objetivos de Conhecimento:

Entender que meninas/meninos e mulheres/homens são socializados/as para reproduzir estereótipos de gênero que discriminam meninas e mulheres.

Objetivo:

Permitir que os/as policiais articulem suas suposições não ditas sobre os papéis de gênero com base em sua própria socialização, para examinar essas suposições e conectá-las ao uso de violência ou assédio contra aqueles que, supostamente, não estão em conformidade com as normas de gênero.

Duração: 90 minutos

Material: Flipcharts, canetões ou lousa branca e canetões apropriados

Facultativo: Datashow, computador apresentação em powerpoint. Há alguns slides disponíveis para downloads no site do FBSP para este Manual que você pode usar e modificar o quanto quiser

Dicas de preparação/facilitação:

Quando dividir em duplas para discussão, se possível, coloque um homem e uma mulher juntos. Dependendo do grupo, talvez isso não seja possível.

■ Incentive os/as participantes a falarem sobre sua própria experiência e a evitarem generalizações. Use “na minha experiência pessoal” sempre que possível.

Passos a seguir:

1. Explique que todos nós crescemos aprendendo o que a sociedade espera de nós - como se vestir, como se comportar, como e onde conversar, o que é apropriado e o que não é, quem tem poder sobre quem.

Coloque os/as participantes em pares e peça-lhes que discutam as seguintes questões. Você pode escrever as perguntas no flipchart, no quadro branco, no power point ou entregar em papel para cada dupla.

- Quando você era criança o que era esperado de um “bom menino” e uma “boa menina”?
- O que acontecia se você não se adaptasse a isso?
- Você vivenciou violência de alguém? Quem “poderia” usar violência contra você e como?

- Alguma vez você testemunhou ou soube de violência doméstica ou violência sexual na sua família ou comunidade?
 - Como as pessoas reagiram a isso?
 - O que você pessoalmente acha/ sente sobre isso?
- 2.** Desmonte as duplas e reúna os pontos-chave da discussão em um flip-chart e discuta a respeito com os todos os/as participantes. Dê tempo suficiente para ouvir sobre suas experiências pessoais. Alguns participantes poderão ter tido experiências de violência doméstica, outros nunca foram testemunhas ou ouviram a respeito quando eram crianças. Alguns terão tido pais com visões muito tradicionais e conservadoras a respeito dos papéis de gênero, enquanto outros foram criados de forma a encorajá-los a seguir papéis não- tradicionais. As pessoas estão bem conscientes de que, em sua experiência pessoal ou familiar, as normas de gênero podem não ter sido seguidas da maneira que se poderia esperar, por ex. “Meus pais queriam que eu e minhas irmãs recebêssemos educação igual” ou “meu pai gostava de cozinhar”, “minha mãe ganhava mais do que meu pai” e assim por diante. É nessa “não-conformidade” que podemos ver que o nosso comportamento social não é determinado pelo sexo biológico.
- 3.** Se você estiver utilizando data-show coloque em slides de powerpoint imagens diversas de mulheres e homens na sociedade brasileira (imagens que representem seus papéis sociais ou profissões). Caso não tenha Datashow, coloque imagens de revistas e distribua entre os/as participantes OU peça a eles que digam os diferentes tipos de atividades/ identidades – alguns que representem os papéis que seriam considerados “tradicionais” e aqueles “não-tradicionais” também.
- 4.** Pergunte ao grupo sobre os papéis de gênero: Por que a sociedade sente a necessidade de punir, por meio de intimidação ou assédio, alguém que acreditem que esteja quebrando uma norma social, ou que não esteja cumprindo com aquele papel que esperava-se que cumprisse? Essa pergunta abre espaço para um debate sobre como o agressor, a sociedade e também profissionais dos sistemas de segurança pública e justiça criminal acabam colocando a culpa na vítima de violência: “o que ela fez para provocar/merecer essa violência?”

5. Agora discuta a questão da violência: e sobre disciplina física na infância? Muitos/as policiais experimentaram uma dura disciplina quando crianças, incluindo castigos físicos, mas interpretam como “disciplina” e não “violência” porque foi feito com e por amor. Alguns participantes vão discordar deles. Na área da violência contra as mulheres, as vítimas são com frequência convencidas de que seus agressores as amam – isso é parte do ciclo de abuso e violência. É bem comum que os agressores argumentem que estão “disciplinando” suas esposas por eventuais “erros” que tenham cometido. Mas, “quem ama não mata”. Isso certamente trará muita discussão, o que é ótimo. Apenas lembre-se das regras: não existem respostas certas e nem erradas, apenas respostas relevantes que merecem ser exploradas, assim como o texto e interpretação das leis e assim por diante. O objetivo aqui é fazê-los pensar em como naturalizamos as violências.



INTRODUÇÃO PARA A ATIVIDADE

Esse exercício explora a quantidade de poder social e status que uma pessoa tem. Isso pode depender de muitos fatores – gênero, raça, etnia, classe social e contexto específico. É o que chamamos de interseccionalidade. Nossas identidades sociais são complexas – não é apenas sobre quem sentimos que somos, mas também sobre como os outros nos veem. Por exemplo: os dados mostram que mulheres negras são mais vítimas de feminicídios do que mulheres brancas no Brasil. Se uma trabalhadora do sexo denunciar que foi vítima de violência sexual será que vai ser tratada como as outras vítimas?

ATIVIDADE B 2: JOGO DE PODER

Breve descrição da atividade:

Os/as participantes recebem uma identidade de uma pessoa na cidade e pensam no poder relativo dessa pessoa em diferentes cenários.



**Objetivos de Conhecimento:**

Entender que o poder está no centro das relações de gênero e que as diferenças nos papéis de gênero levam a diferenças de poder.

Entender que gênero interage com outros aspectos de identidade (por exemplo, idade, raça, deficiência, orientação sexual, classe, idade, religião) e isso afeta a sensação de segurança das pessoas

Objetivo:

Fazer com que os/as participantes compreendam que gênero não é o único fator de assédio sexual e discriminação, mas que se relaciona com outros aspectos da identidade (classe, religião, raça / etnia, local de origem).

Duração: 20 minutos

Material: Modifique, imprima e recorte a “tabela de personagens” onde cada pedaço de papel terá escrito o nome de uma personagem

Dicas de preparação/facilitação:

Você vai precisar de espaço na sala. Os/as participantes deverão ficar em pé, um do lado do outro, formando uma linha.

Os personagens sugeridos na tabela abaixo são exemplos e devem ser escolhidos pelo/a facilitador/a com antecedência para torná-los significativos para o contexto do grupo específico com o qual irá trabalhar - por exemplo, há bairros da cidade considerados muito “ruins” onde as pessoas de lá são estigmatizadas? Existem identidades étnicas ou raciais que recebem menor ou maior poder social? E quanto aos “estranhos” na cidade - migrantes rurais para as cidades, estrangeiros e imigrantes, refugiados?

TABELA DE PERSONAGENS SUGERIDAS

Motorista de taxi homem	Médica	Mulher Indígena	Morador de periferia	Namorada de um traficante	Homem indígena	Médico
Homem migrante de uma área rural	Mulher Nordestina	Policia feminina	Menino em situação de rua, 10 anos	Aluno universitário, branco, de classe média alta	Guarda Municipal ou PM (homem)	Homem Nordestino
Mãe adolescente, 17 anos	Homem jovem de- sempregado (20 anos)	Menina de 11 anos que nunca foi à escola	Advogada branca de classe-média	Aluna universitária de baixa-renda	Adolescente de 16 anos, família de classe-média	Mulher jovem de- sempregada (20 anos)
Mulher Cadeirante	Delegada de polícia	Juiza negra de classe-média	Prefeito	Empregada doméstica, 45 anos	Jovem infrator	Delegado de polícia
Homem homossexual	Comerciante homem	Vereadora	Professora da escola pública	Porteiro de condominio	Mulher transgênero	Comerciante Mulher
Moradora da comunidade x	Profissional do sexo (mulher)	Homem pobre, negro, autor de violência doméstica	Camelô (mulher)	Evangélico	Homem rico, branco, autor de violência doméstica	Profissional do sexo (homem)

Passos a seguir:

1. Dê a cada um dos/as participantes um pedaço de papel com uma personagem escrita nele. Distribua de forma aleatória – homens não precisam necessariamente pegar personagens homens, por exemplo. Uma sugestão é recortar os papéis, dobrar um a um, colocar num saco de plástico e os/as participantes sorteiam um. Não devem revelar qual personagem receberam.
2. Peça aos/as participantes que se mantenham em pé, um ao lado do outro, formando uma linha. Explique que a linha simboliza o Artigo 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.
3. Os/as participantes devem se imaginar nos papéis que receberam. Peça-lhes para fecharem os olhos e se imaginarem andando pela rua. Como outras pessoas estão olhando para elas? Os personagens devem ser mantidos em segredo até que sejam solicitados a revelá-lo.

4. Peça aos/às participantes para ouvirem as declarações que serão lidas em voz alta. Para cada declaração, os/as participantes devem decidir se seu personagem pode concordar ou não com a afirmação. Se eles responderem sim, eles devem dar um passo à frente. Se a resposta for não, eles não devem se mover.

5. Leia as declarações em voz alta, uma por uma. Abaixo estão alguns exemplos:

- Eu faço duas refeições completas por dia
- Sou respeitado/a por todos que encontro
- Eu posso decidir que emprego terei e onde trabalhar
- Posso decidir que roupas usar
- Me sinto incentivado a estudar mais
- Não tenho medo de ser assediado ao andar na rua
- Posso pegar o ônibus ou o trem e ninguém vai ficar me encarando ou assediando
- Posso andar à noite para casa sem medo
- Sou tratado/a bem se precisar ir a uma delegacia ou a um órgão público
- Se me acusarem de assédio ninguém vai acreditar
- Posso influenciar as políticas públicas
- Eu posso encontrar e falar com quem eu quiser
- Se eu denunciar violência doméstica, a polícia vai fazer alguma coisa
- Se eu for acusado de estupro, não serei imediatamente preso ou enviado para a prisão preventiva

6. Ao final de todas as declarações peça que olhem em volta e memorizem o lugar que cada um ocupou na sala: quem estava à frente e quem estava atrás. Convide a todos para se sentarem e continuem a discussão sobre poder e privilégios (é mais fácil conversar em círculo do que cada um em uma posição da sala).
7. Peça àqueles que vieram para a frente para revelarem sua personagem e dizerem por que acham que estão na frente, e o que aqueles que permaneceram mais atrás sentem sobre aqueles que seguiram em frente. Explique que são pessoas que encontramos normalmente na comunidade. Discuta quais identidades parecem mais poderosas e privilegiadas neste contexto. São estes principalmente papéis para homens ou mulheres? Por que eles são poderosos/privilegiados e até que ponto eles exercem poder sobre os outros? O que significa a disposição do grupo ao final? Quem está mais a frente e quem ficou para trás?
8. Depois disso, peça para aqueles que estão atrás revelarem suas personagens. Pergunte: O que torna essas pessoas menos poderosas e privilegiadas nesse contexto? Quem está no controle de recursos? Quem pode participar e influenciar decisões? O que impede/ retém esses grupos? Explique que são pessoas que merecem atenção.

INTRODUÇÃO PARA A ATIVIDADE

Esse exercício pretende fazer os/as participantes discutirem o que eles entendem por assédio sexual e ameaça. Os relatos abaixo são reais, de mulheres que os postaram nas redes sociais. Nesses dois casos, a polícia foi prestativa e agiu corretamente. No entanto, a discussão deve abordar que tipo de ameaça foi sentida por Débora, como o espaço público não está disponível da mesma forma para homens e mulheres.

ATIVIDADE B 3: HISTÓRIAS URBANAS

Breve descrição da atividade:

Nessa sessão os/as participantes vão analisar diferentes formas de violência sexual e baseada em gênero nos espaços da cidade



Objetivos de Conhecimento e Competência: Entender como o abuso sexual e a violência sexual afetam principalmente meninas e mulheres jovens em espaços públicos

Poder identificar diferentes formas de violência baseada em gênero (incluindo física, sexual e emocional) e saber que o uso da violência contra as mulheres é uma escolha e um abuso de poder por parte de todos os perpetradores. Entender os aspectos de assédio

Objetivo: Permitir que policiais entendam quem pode estar presente e que tipo de relações de poder e assédio podem estar ocorrendo em diferentes espaços públicos e em diferentes momentos do dia.

Duração:

20-30 minutos para ler e discutir os textos

60 minutos a mais para a dramatização e extensão da atividade (a partir do ponto 8)

Material: Cópias da história de Débora e as perguntas

Dicas de preparação/facilitação:

Os/as participantes podem começar a discutir o comportamento destas mulheres. Talvez já tenham se envolvido nesse tipo de assédio. Não lhes fazemos explicitamente essa pergunta, mas eles podem abordá-la espontaneamente, ou pode ser uma pergunta abordada pelo(a) facilitador(a) se o clima na sala for suficientemente aberto e seguro.

Tem um site útil: www.chegadefiufiu.com.br onde mulheres reportam suas experiências de assédio sexual em espaços públicos. Você pode escolher um depoimento por cidade e ao invés ou além da história da Débora (que disponibilizamos aqui), utilizar um depoimento da sua própria localidade. É uma fonte muito rica de material para essa atividade.

Do passo 8 em diante, há a sugestão de uma atividade extra que você pode fazer ou não. Se os/as policiais que estiverem participando do curso estiverem atuando no policiamento ostensivo (Polícia Militar ou Guarda Municipal), então essa é uma atividade que vale a pena. Para outros profissionais, nem tanto. Vai depender da quantidade de exercícios de dramatização que você programou para seu curso. Leia o capítulo 3 desse Manual, sobre o uso de técnicas teatrais e como preparar o grupo para utilizarem essas técnicas.

Passos a seguir:

1. Distribua a História da Débora para todos os/as participantes e peça a eles que dediquem alguns minutos para ler o caso individualmente.
2. Em seguida, divida os/as participantes em três (ou seis) grupos pequenos. Peça aos grupos que discutam a história em 10 minutos e pensem sobre as perguntas (que você distribui impressas em papel, ou escreve na lousa ou no flipchart).
3. Quando o tempo acabar, peça aos grupos para se revezarem apresentando os principais pontos da discussão em grupo. Anote alguns dos principais pontos em um flip chart. Esteja ciente de que os comentários podem ser dirigidos ao comportamento da mulher - o que ela fez para provocar, por que ela não reagiu de uma certa maneira etc. Você pode perguntar ao grupo sobre essa tendência - questionar a vítima em vez de obter mais informações sobre o perpetrador e as circunstâncias.
4. Agrupe os tipos de violência (violência física, sexual, emocional, psicológica) - consulte o flipchart/powerpoint que você preparou sobre esses diferentes tipos de violência e suas definições.
5. Mostre o flipchart ou powerpoint descrevendo diferentes tipos de violência.
 - Violência física é qualquer violência que cause dor física ou sofrimento, como bater, socar e assassinar.
 - Violência sexual é qualquer tipo de violência de natureza sexual, como estupro, assédio sexual e toques não desejados.
 - Violência emocional (às vezes chamada de violência psicológica) é qualquer tipo de violência que cause dor ou sofrimento psicológico ou emocional, como perseguição, ameaças, intimidação e cyberbullying.
6. Pergunte ao grupo: alguma dessas coisas acontece em grande parte para mulheres e meninas, por que elas são mulheres e meninas? Se sim, então isso é violência baseada em gênero.

- A violência baseada em gênero assume muitas formas e pode incluir dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, incluindo ameaças, coerção ou privação arbitrária de liberdade, seja na vida pública ou na vida privada.

7. Reflita com o grupo de que forma as meninas e mulheres são tratadas quando sofrem violência de gênero? Quais são os preconceitos que reproduzem a violência baseada em gênero e o assédio sexual (por exemplo, culpar a vítima, legitimar a violência masculina)?

ATIVIDADE DE EXTENSÃO: DRAMATIZAÇÃO

Para se preparar leia a capítulo 3 desse Manual sobre o uso de técnicas teatrais. Os “icebreakers” que você vem utilizando vão deixar os/as participantes mais relaxados. Então, antes da dramatização de uma cena é melhor aquecê-los – o que deve levar cerca de 5 minutos. Algumas pessoas ficam ansiosas em relação à dramatização, mas ela não requer nenhuma habilidade teatral. As etapas são simples e, como a cena é feita em grupo, todos contribuem. Caso alguém fique ainda muito ansioso, pode escolher desempenhar um papel menor, como um espectador da cena, por exemplo.

Sempre que você introduzir dramatização pela primeira vez em um curso, você deve usar essa sequência:

- Primeiro o grupo faz “cenas congeladas” representando uma ideia ou emoção
- Em seguida, os membros do grupo decidem uma cena para representarem e pensam quem vai desempenhar que papel. A primeira representação da cena será em silêncio. Isso coloca os/as participantes fisicamente na cena que criaram.
- Na próxima apresentação da mesma cena, cada personagem só poderá dizer uma palavra – o que introduz comunicação verbal e coloca os/as participantes emocional e mentalmente na cena.
- Por fim, a cena é desenvolvida pelo grupo com diálogo e movimento.

Nota: como você vai estar trabalhando com o grupo todo e estarão fazendo bastante barulho, certifique-se que conseguem te ouvir – use um microfone ou fique em pé numa cadeira – a não ser que sua voz seja naturalmente alta!

8. Coloque os/as participantes em grupos de quatro ou cinco. Eles/as irão criar uma imagem congelada. Peça que criem uma representação coletiva da palavra “medo”. Dê a eles um minuto ou dois para discutirem e experimentarem. Depois peça que parem e, ao contar 3, cada grupo de uma vez vai criar a cena e os demais observam.
9. Agora peça que criem uma cena congelada da palavra “segurança” – repita como acima.
10. Peça ao grupo que pensem em uma cena, no espaço público, onde uma mulher está sendo ameaçada (pode ser por um estranho ou por alguém que ela conheça). O grupo deve decidir qual situação, os papéis – a vítima, o agressor, o/a policial e espectadores (que podem ser motorista de ônibus, comerciante, pedestre, consumidor/a). Uma vez que tenham decidido, devem representar a situação primeiramente como uma cena congelada. Dê a eles 3-4 minutos para decidirem a cena, distribuir os personagens e praticarem.
11. Cada grupo apresenta sua “cena congelada” e os outros/as participantes observam. Pergunte a eles: o que estão vendo? O que acreditam que está acontecendo naquela cena? O grupo que está apresentando mantém a cena congelada enquanto durar a discussão.
12. Agora peça aos/as participantes, em seus grupos, decidirem uma palavra para cada personagem. Dê 1-2 minutos para decidirem. Em seguida cada grupo apresenta a cena congelada, com cada personagem falando sua única palavra.
13. Peça aos/as participantes para trabalharem na mesma situação, agora encenada com movimento e diálogos. Enfatize que poderão mudar e repetir a cena. Primeiro devem encenar a situação em que a vítima NÃO recebe a assistência que precisa. A tendência entre policiais é quererem demonstrar suas melhores práticas. Peça que comecem com o policial atuando de forma que não seria a ideal. Dê 5-10 minutos para os grupos desenvolverem suas cenas.
14. Cada grupo apresenta sua cena enquanto os demais assistem. Ao final de cada cena peça aos “atores” para congelarem. Pergunte aos/as participantes se o policial na cena estava seguindo os quatro passos de

Diálogo Eficaz (escuta ativa e empática, sinceridade e curiosidade). Peça ao restante do grupo para comentar como o “oficial” escutou, questionou mais e não julgou. Como era a linguagem corporal dele?

15. Peça que o público sugira mudanças na cena: como cada personagem deveria atuar? Se quiserem, eles mesmos podem substituir algum personagem ou entrar na cena como alguém novo. Peça ao grupo para encenar novamente com as mudanças. Novamente pergunte se gostariam de modificar mais alguma coisa (o tempo que você vai ficar com cada grupo vai depender de quantos grupos você tem e quanto tempo tem para aquela sessão. No entanto, é muito importante para o processo que a audiência e os “atores” sugiram mudanças e que elas sejam encenadas pelo menos uma vez.
16. Repita esse processo com cada grupo de uma vez até que todos tenham apresentado e que os/as participantes tenham refletido e atuado sobre mudanças em todas as cenas.
17. Ao final pergunte aos/às participantes como eles se sentiram nas cenas. Como aqueles que representaram as vítimas se sentiram quando não obtiveram ajuda? Como se sentiram os que representaram os/as policiais nas diferentes versões da cena? E os espectadores?
18. Encerre a sessão com observações sobre qual o valor para a polícia como profissionais quando eles ouvem, questionam e suspendem o julgamento - isso os torna mais capazes de entender os padrões de assédio sexual nos espaços públicos da cidade.

LEIA MAIS: A Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte elaborou uma campanha de combate à importunação sexual no transporte coletivo e criou um botão do assédio, um dispositivo nos tablets que ficam nos painéis dos ônibus. O botão é acionado pelo motorista quando perceber ou for informado de que uma mulher está sendo assediada. A ação emite um alerta para que a polícia intercepte o ônibus (Casoteca 2019)

HISTÓRIA DA DÉBORA

“Eu tinha saído de casa para visitar uma amiga na Central do Brasil. Era 14h. Eu já estava dentro do vagão do metrô quando um homem entrou e parou na minha frente. Minutos depois ele começou a me encarar. Me encarou tanto que eu fiquei constrangida e me senti invadida. De tempo em tempo eu o olhava e todas as vezes os meus olhos cruzavam com os dele. Comecei a sentir calafrios.

Uma colega entrou no mesmo vagão. Logo me levantei, fui ao lado dela e começamos a conversar. Neste momento consegui deixar de prestar atenção naquele homem. Achei que tivesse passado. Senti alívio.

Chegou a hora de descer. Ele desceu na mesma estação, atrás de mim. Eu parei, fingi que pegava alguma coisa na bolsa, li as placas de saída do metro (que eu sabia de cor), até que ele passou por mim e começou a subir as escadas rolantes. Tomei outro caminho. Para o meu espanto, ele estava na saída que eu tinha escolhido. Neste momento percebi que poderia ser muito sério.

Na tentativa de não cruzar com ele entrei em uma farmácia. A fila estava enorme, peguei um remédio qualquer. Imaginei que, com mais de 10 minutos na fila, ele iria embora. Eu o vi subir a escada rolante. Dois minutos depois ele estava descendo as escadas e passou ao lado da farmácia. Neste momento eu estava calma por fora, pensando em estratégias para me livrar dele e em pânico por dentro.

Enrolei o quanto pude dentro da farmácia até que ele se distraiu. Eu saí andando rápido e mais rápido ainda subi as escadas rolantes. Saí da estação de metrô e encontrei dois guardas municipais. Felizmente uma era mulher e me deu apoio. Pediu que eu ficasse com ela até me acalmar. Eu chorei de nervoso e pânico. Aquele homem sumiu incólume na multidão.”

PERGUNTAS

Que tipos de violência Débora está enfrentando nesta história?



Por que ela teve tanto medo?

Que tipos de violência as mulheres e meninas enfrentam nos espaços públicos de nossa cidade?

Quem são os perpetradores?

Quem está ajudando Débora no relato?

Quem poderia ajudar?

Como foi o desfecho para ela?



INTRODUÇÃO PARA A ATIVIDADE

Existem muitas crenças sociais sobre violência contra as mulheres o que torna difícil para os/as policiais lidarem com esses crimes. Essas crenças fazem com que mulheres tenham receio de denunciar os crimes dos quais são vítimas, encorajam os homens agressores a pensarem que usar violência em relações íntimas é perdoável e justificável e influenciam como policiais, promotores, juízes tratam as vítimas e como os júris dão vereditos. Esse “senso comum” predominante pode ser chamado de mito porque é amplamente aceitável, apesar de ser contestado por evidências e fatos. O exercício a seguir possibilita que os/as participantes possam explicitar esses mitos – que podem vir como observação pessoal ou experiência profissional – e discutir como desconstruí-los. Prevenção da violência contra as mulheres é uma das responsabilidades da polícia e prevenção começa questionando-se estereótipos. Esse é um primeiro passo para melhores políticas públicas e melhores práticas.

Incluimos aqui abuso de crianças já que algumas vezes policiais que lidam com violência doméstica e familiar lidam também com violência sexual e abuso das crianças. Incluimos violência contra pessoas LGBT também porque mulheres trans são protegidas pelas leis brasileiras de combate à violência contra as mulheres e porque as atitudes sociais que são utilizadas para justificar ou tolerar violência contra meninas e mulheres também são utilizadas para justificar a homofobia.

ATIVIDADE B 4: CRENÇAS E MITOS DE GÊNERO E VIOLÊNCIA

Breve descrição da atividade:

Os/as participantes irão coletivamente pensar em mitos socialmente predominantes e em estereótipos sobre diferentes tipos de violência contra as mulheres e então vão explorar como combatê-los com fatos e argumentos.

Objetivos de Conhecimento e Competência:

Estar ciente de preconceitos e estereótipos inconscientes

Desenvolvimento de estratégias ativas para combater esses estereótipos dentro e fora da polícia

Objetivo:

Trazer à discussão aberta as crenças comuns que os/as participantes podem ter sobre a violência contra as mulheres (em relação a autores e vítimas) e ter confiança nas estratégias para combater essas crenças dentro e fora da instituição policial

Duração: 60 - 90 minutos

Material: Cartolina (A6) em 5 cores diferentes: uma cor para violência doméstica, outra para violência sexual, outra para feminicídio e outra para violência contra pessoas LGBT

Dicas de preparação/facilitação:

É mais fácil para os/as participantes pensarem sobre os mitos em relação às vítimas, seus comportamentos e atitudes porque reflete como pensa a sociedade. Estimule que discutam também comportamentos, características e atitudes dos *agressores*.

Quando pedir que os/as participantes pensem em maneiras de combater essas crenças, é possível que surjam ideias como: “dar palestras em escolas”. Este é apenas o mecanismo de entrega. Eles devem pensar sobre o conteúdo do trabalho de conscientização pública, os fatos e os argumentos.

Passos a seguir:

1. Coloque os/as participantes em pequenos grupos de 4-5 pessoas e cada grupo ficará com um tema: violência doméstica, violência sexual, feminicídio, discriminação LGBT, feminicídio, abuso infantil.
2. Entregue a cada grupo tarjetas de uma cor específica. Aquele grupo vai discutir o tema associado para aquela cor de tarjeta – por exemplo: verde para feminicídio. Então o grupo vai discutir mitos (estereótipos) associados com aquele tópico e vai escrever um mito em cada tarjeta.
3. Eles devem discutir o “senso comum” sobre esses tipos de violência em relação a três aspectos (coloque em um flip chart ou powerpoint)
 - Quais as crenças sociais ou preconceitos em relação às vítimas desse tipo de violência?
 - Quais as crenças sociais ou preconceitos em relação aos autores desse tipo de violência?
 - Quais são as crenças sociais ou preconceitos em relação às circunstâncias desse tipo de violência (onde, quando aconteceu, outras circunstâncias)?
4. Depois de mais ou menos 20 minutos peça que os grupos passem suas tarjetas para outro grupo, fazendo uma troca entre si. Quando cada grupo tiver recebido as tarjetas de outro grupo, eles devem ler o mito ou crença e escrever na parte de trás um ou vários argumentos que ajudem a desconstruir aquela crença. Ajuda imaginar que estão conversando com um/a colega policial e estão tentando convencê-lo/a que aquela crença é factualmente incorreta. Isso pode ser feito através de argumentos morais ou fornecimento de dados, informações científicas e empíricas.
5. Cada grupo apresenta os mitos e os argumentos que podem ser utilizados para convencer alguém de que estão errados. É importantes discutir se os argumentos considerados mais eficazes são aqueles baseados em uma visão moral do mundo (por exemplo, que toda pessoa tem o mesmo direito de ser livre de violência, estando ou não em uma relação afeti-

va) ou se são baseados nos dados disponíveis (pesquisas de vitimização, onde as vítimas relatam o que as motiva a denunciar ou não uma violência; seu status sócio-econômico e educacional).

Nota: No site do FBSP você vai encontrar dados e outros materiais, incluindo uma lista dos mitos mais comuns e as estratégias e informações úteis para combatê-los.

C. COMPREENDENDO E APLICANDO AS LEIS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

INTRODUÇÃO PARA A ATIVIDADE: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Todo/a policial no Brasil tem a responsabilidade de atuar na prevenção da violência doméstica. Portanto, todo/a policial deveria estar familiarizado/a com a Lei Maria da Penha, Lei no. 11.340, de 07 de agosto de 2006.

Delegadas/os e outros/as policiais civis que trabalham nas delegacias das mulheres provavelmente possuem mais conhecimento sobre os procedimentos definidos na Lei, especialmente do processo de registro do crime e do envolvimento judicial na proteção das mulheres. No entanto, delegados/as e funcionários/as da polícia de distritos e delegacias que não são especializados/as em lidar com a violência doméstica podem ter um baixo nível de conhecimento. Geralmente, policiais em cada uma das instâncias (militar, civil e municipal) não tem clareza sobre como suas responsabilidades se encaixam com as de outras polícias e outras agências.

É uma lei muito abrangente que exige que várias instituições do sistema de justiça criminal, setores do poder executivo (federal, estaduais, municipais) e as instituições da sociedade civil local trabalhem juntas em coordenação para proteger as vítimas de violência, impedir que os agressores se reincidam e reduzir a aceitabilidade social da violência doméstica.

No exercício a seguir, os/as policiais poderão adquirir um conhecimento aprofundado da Lei Maria da Penha, algo essencial se pretendem explorar

como podem ser eficazes em suas funções e responsabilidades policiais e como se encaixam na rede de proteção local.

Os exercícios a seguir conferem aos/às participantes em relação às principais leis:

- Lei Maria da Penha
- Lei do Feminicídio
- Artigos do código penal sobre violência sexual

ATIVIDADE C 1: COMPREENDENDO A LEI MARIA DA PENHA

Breve descrição da atividade:

Os/as participantes vão ler a Lei Maria da Penha e como foi criada. Responderão perguntas em folhas individuais enquanto fazem a leitura. Posteriormente discutirão as respostas.

Objetivos de Conhecimento e Competência:

Conhecimento sobre a Lei Maria da Penha

Conhecimento sobre o papel das polícias definido na Lei Maria da Penha

Habilidade para desenvolver estratégias para melhorar o papel das polícias na proteção das vítimas

Objetivo: Garantir que todos os/as participantes adquiram um nível básico de conhecimento sobre a lei e sobre o papel dos/as policiais.

Duração: 60-90 minutos

Material:

Cada participante vai precisar:

Uma cópia da história da Lei Maria da Penha, no Capítulo 2 desse Manual

Uma cópia da Lei Maria da Penha (você vai encontrar no site do FBSP)

Uma cópia das questões (também disponíveis no site para download)

Dicas de preparação/facilitação:

Se possível dê esse exercício como “lição de casa” para que façam no dia anterior à discussão. Não é um exercício muito demorado. Alternativamente você pode separar 20 minutos no começo da aula para que todos façam a leitura individualmente em silêncio.

Entregue as cópias mencionadas no material.

Entregue a eles cópias impressas para que possam fazer anotações. Pedir que anotem as respostas é uma boa maneira de se concentrarem. Também proporciona ao/a facilitador/a mais informações a respeito do tipo de questões que precisam ser esclarecidas.

Passos a seguir:

1. Pergunte aos membros do grupo quão confiantes se sentem em relação ao conhecimento que possuem sobre a Lei Maria da Penha. Peça que levante a mão se se sente: (a) muito experiente (b) um pouco experiente (c) não sabe muito.
2. Divida os/as participantes em pequenos grupos de 4-5 pessoas e distribua a eles/as as cópias do material que será utilizado na atividade.

Questões sobre a Lei Maria da Penha:

(a) Quais são as principais responsabilidades da polícia, de acordo com a Lei Maria da Penha? Destaque-os na sua cópia da lei.

(b) Dê uma olhada nas responsabilidades que você destacou. Qual instituição deve estar envolvida em cada uma dessas atividades (Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Civil Municipal)? Faça anotações na sua cópia da lei.

(c) Há alguma situação em que não fica claro se é necessário o envolvimento de mais de uma instituição? Que situações são essas? Anote qual o artigo e inciso correspondentes.

(d) Há alguma parte da Lei onde você pensa que a polícia tem responsabilidade, mas não está claro? Anote que parte é essa.

(e) Há alguma parte da Lei na qual a polícia poderia fazer mais? Qual?

3. Assim que os/as participantes tiverem lido a Lei e as perguntas, peça que eles/as discutam as respostas em seus grupos.
4. Peça que cada grupo apresente suas respostas, especialmente para as questões (d) e (e).

ATIVIDADE DE EXTENSÃO

Para essa atividade os/as participantes devem ler antecipadamente os casos da primeira e segunda Casotecas do Selo FBSP de Práticas Inovadoras no Enfrentamento da Violência contra as Mulheres (disponível em formato pdf no site do FBSP). Isso pode ser feito após os passos 1-4 e antes da próxima aula. Há inúmeros casos de Polícias Militares e Guardas Civis Municipais assumindo a responsabilidade de garantir a aplicação das Medidas Protetivas.

5. Peça que os/as participantes leiam apenas UM dos casos a seguir. Você pode pedir que todos/as leiam o mesmo caso ou pode atribuir diferentes leituras a diferentes alunos/as, para que eles/as compartilhem suas informações em grupos. Leia todos os casos e decida qual ou quais são mais úteis para o seu grupo de alunos/as:

Da Casoteca 2017:

- Patrulha Maria da Penha da Brigada Militar de Porto Alegre (RS)
- Ronda para Homens da Ronda Maria da Penha da Polícia Militar de Salvador (BA)
- Ronda Maria da Penha da Polícia Militar de Manaus (AM)
- Patrulha Maria da Penha da Guarda Civil Municipal e Casa da Mulher Brasileira - Campo Grande (MS)

Da Casoteca de 2018:

- Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar do Maranhão
- Programa Patrulha Maria da Penha da Guarda Civil Municipal de Suzano (SP)

Da Casoteca 2019:

- Intervenção Policial em Ocorrências de Violência Doméstica da Polícia Militar do Distrito Federal
- Grupo de Apoio a Vítimas de Violência (GAVV) da Polícia Militar de Ceará
- Patrulha Maria da Penha para a Tropa da Polícia Militar de Maranhão
- Patrulha Maria da Penha da Guarda Municipal de Arapongas (PR)
- Projeto Mulher Livre de Violência (MLV) da Polícia Militar de Minas Gerais

6. Solicite que façam anotações sobre os seguintes pontos:

- De onde surgiu a ideia (ou apoio) para montar a Ronda/Patrulha?
- Quão bem institucionalizada está? (Tem apoio político ou financeiro do Comando da polícia? Possui capacitação e estruturas adequados?)
- O que é interessante para você sobre o modo como funciona?
- Como as atividades da ronda / patrulha reforçam a Lei Maria da Penha?

Quando os/as alunos/as chegarem à próxima sessão, coloque-os/as em grupos. Se você atribuiu uma variedade de estudos de caso, você pode colocá-los/as em grupos para discutir o MESMO estudo de caso ou pode criar grupos de alunos/as que leram DIFERENTES casos. Dessa forma, eles poderão compartilhar informações sobre seus estudos de caso.

Peça um feedback da discussão para o grupo todo e faça notas no quadro branco ou flipchart.



INTRODUÇÃO PARA A ATIVIDADE: FEMINICÍDIO

Há dois importantes aspectos para o trabalho policial em casos de feminicídio.

O primeiro é uma boa investigação, que possibilita que a morte violenta de uma mulher seja propriamente classificada e, portanto, melhora a confiabilidade nos dados do sistema de justiça criminal. Apenas alguns estados no Brasil desenvolveram protocolos detalhados para investigação de feminicídios, baseados nas *Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídios)* (2016) do governo brasileiro (disponível na página do FBSP deste Manual). Esses protocolos possibilitam policiais e profissionais forenses a identificar e reunir as evidências físicas e contextuais para compreender a natureza do crime, identificar o agressor e trazê-lo à justiça com sucesso.

O segundo é a prevenção. Dados de uma série de estados no Brasil mostram que a maioria esmagadora de mulheres que são mortas por homens que elas conhecem (normalmente parceiros/maridos ou ex-parceiros e ex-maridos) nunca fizeram boletim de ocorrência sobre a violência doméstica sofrida anteriormente.

ATIVIDADE C 2: COMPREENDENDO A LEI DE FEMINICÍDIO

Breve descrição da atividade:

Os/as participantes vão ler a Lei e alguns e casos reais de feminicídio.

Objetivos de Conhecimento e Competência:

Conhecimento sobre a Lei de Feminicídio

Conhecimento de boas práticas relacionadas à investigação ou prevenção de feminicídios

Habilidade para reconhecer as características de um feminicídio e como adaptar os procedimentos policiais para os casos de feminicídio

Objetivo: Reconhecer as características específicas de um feminicídio (e qual a diferença em relação a outros homicídios de mulheres), como investigar e como prevenir.



Duração: 60-90 minutos

Material: Procure no site #UmaPorUma casos verdadeiros de feminicídios que aconteceram em Pernambuco em 2018 e imprima cópias de casos de feminicídio selecionados (link na página do FBSP)

Dicas de preparação/facilitação:

Cuidado se a conversa mudar e passar a discutir o que a vítima fez para “causar” a agressão. Mantenha o foco no agressor, seus motivos e decisões. Por exemplo, relacionamentos terminam o tempo todo e não resultam em violência letal. Então, o que o agressor está tentando alcançar através do feminicídio?

Passos a seguir

1. Coloque o texto da Lei do Feminicídio num powerpoint ou numa apresentação de powerpoint:

Feminicídio = homicídio contra as mulheres por razões da condição de sexo feminino:

Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher

Discuta com o grupo todo os pontos I e II.

Como podemos saber se o assassinato de uma mulher está no contexto de “violência doméstica e familiar”. Quem podem ser as vítimas? Quem podem ser os autores? Esta parte da definição é sobre o contexto do relacionamento entre a vítima e o agressor.

E sobre o ponto II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher?

Versa sobre a motivação do agressor. Como podemos saber qual é essa motivação? Que tipos de motivações podem existir? Veja a nota do/a faci-

litador/a acima. Tente não discutir o que a vítima deveria ou não deveria ter feito para motivar o agressor. Sua motivação vem do sistema de crenças e da falta de autocontrole emocional.

Agora coloque os/as participantes em grupos de 5 pessoas. Dê a cada participante um dos casos de feminicídio, certificando-se de que cada grupo receba cinco casos diferentes.

2. Peça aos grupos que leiam todos os casos que receberam e depois discutam o que notaram nos casos. Isso poderá levar cerca de 10 minutos.

3. Com o grupo todo discuta o que encontraram nos relatos. Isso inclui:

- Todos esses casos podem ser classificados como feminicídios?
- Idade das vítimas e dos agressores
- Outras vítimas, como crianças e parentes
- Feminicídio--suicídio (do agressor)
- Métodos de assassinato mais típicos do feminicídio
- Níveis de brutalidade e agressão (ex. muitas facadas, decapitação, atear fogo)
- Existe uma hora típica do dia para o feminicídio? Na verdade, não, como em alguns casos, especialmente após a separação, os agressores observam as rotinas diárias das vítimas, indo para o trabalho, para a academia etc
- O feminicídio é planejado ou espontâneo?
- Motivações dos agressores - terminar um relacionamento pode ser muito perigoso para as mulheres
- A linguagem que a polícia usa, por exemplo "Crime passionai" - o que isso sugere? Há alternativas para a linguagem utilizada?
- O que você observa sobre a atuação da polícia no local - preservação de evidências, pistas visuais no local, testemunhas que viram e ouviram

o crime, testemunhas que conhecem o contexto do crime, por exemplo violência permanente no relacionamento

- Alguns autores de feminicídio têm um histórico de violência e violência doméstica. A vítima teve uma medida protetiva?
- Bom trabalho de detetive - mesmo quando o criminoso fugiu, a polícia trabalhou efetivamente para prendê-lo

4. Para saber mais sobre como a polícia está melhorando sua identificação e investigação do feminicídio no Brasil, peça aos/as alunos/as que leiam o capítulo “Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência de Gênero e Núcleo Policial Investigativo de Feminicídio” na Casoteca de 2017 do Selo FBSP de Práticas Inovadoras. Também existem recursos na página da FBSP, como Protocolos e Diretrizes para investigar o feminicídio. *Essa seria uma discussão especializada para as equipes de investigação de homicídios na Polícia Civil.*

5. A questão maior é como a polícia pode prevenir o feminicídio. Peça aos grupos que apresentem cinco sugestões para a prevenção do feminicídio. Sabemos que a maioria das mulheres que morrem não relatou violência doméstica à polícia precisamente porque temem que denunciar a violência possa torná-la escalada para assassinato. Que pistas podem ser vistas nos casos de feminicídio que leram (também podem trocar as histórias e ler as outras que estavam circulando)?

6. Peça a cada grupo que apresente suas ideias. Os outros/as participantes podem fazer perguntas e comentar. Sabemos, por exemplo, que as Patrulhas Maria da Penha da Polícia Militar ou a Guarda Civil Municipal são eficazes porque dão mais proteção às mulheres com medidas protetivas.

LEIA MAIS: A Academia de Polícia do Estado de São Paulo criou um programa de pesquisas e cursos de formação e aperfeiçoamento dos policiais civis do estado de São Paulo para incluir a perspectiva de gênero nas investigações criminais, principalmente quando se trata de homicídios de mulheres e feminicídios (Casoteca 2019).



INTRODUÇÃO PARA A ATIVIDADE: VIOLÊNCIA SEXUAL

Só 10% e 15% dos casos de estupro são reportados às autoridades e entram para as estatísticas (IPEA). Em 2017 o Brasil teve 60 mil registros do crime. Se não houvesse subnotificação, esse número ficaria entre 300 e 500 mil estupros por ano, estimam os especialistas.

Um dos motivos pelos quais as vítimas não denunciam e os níveis de violência sexual na acusação são tão baixos é que a polícia e outros/as funcionários/as da justiça criminal têm pouco entendimento sobre o impacto do trauma nas vítimas. Atualmente, existe uma área de policiamento em desenvolvimento chamada “prática informada sobre trauma”, em que uma melhor compreensão do trauma levou a mudanças nas práticas policiais.

O trauma tem um impacto muito específico no cérebro. As reações à ameaça de agressão sexual variam de acordo com as circunstâncias - pode ser luta ou fuga, mas também pode ser paralisante (uma resposta automática à ameaça à vida) ou apaziguamento (as mulheres são socializadas para usar essa estratégia para neutralizar ameaças e violências futuras, especialmente se essas ameaças forem feitas por homens). A agressão sexual pode causar um trauma e afetar a memória e comportamento da vítima depois. Por exemplo, fragmenta a memória e bloqueia certas memórias como um mecanismo de sobrevivência. Essas memórias podem retornar mais tarde. A interpretação desse comportamento pela polícia tem um impacto nas investigações de agressão sexual. A vítima está chorando ou calma? A história dela é consistente ou não? Mais tarde, ela acrescenta detalhes que não deu na primeira entrevista. Nada disso indica necessariamente que ela não está contando a verdade: todas são reações normais a um trauma.

ATIVIDADE C 3: COMPREENDENDO E RESPONDENDO À VIOLÊNCIA SEXUAL

Breve descrição da atividade:

Os/as participantes analisarão a lei atual sobre violência sexual e discutirão as melhores práticas de policiamento no trato com a vítima, além de melhorar a coleta de evidências para ajudar no processo judicial



Objetivos de Conhecimento e Competência e Atitude:

Conhecimento da lei

Reconhecimento de boas práticas desenvolvidas pela polícia.

Capacidade de reconhecer preconceitos comuns sobre vítimas de violência sexual, refletir sobre como isso afeta a prática policial e, consequentemente, mudar essas práticas.

Objetivo:

Entender as leis recentes sobre violência e agressão sexual

Compreender o espectro do que constitui agressão sexual

Entender como lidar com as vítimas de maneira mais sensível e eficaz

Duração: 60-90 minutos

Material: Flipchart, canetões ou lousa branca e canetões apropriados

Dicas de preparação/facilitação:

A dramatização é particularmente útil para policiais civis que atendem mulheres vítimas de violência em delegacias. Para se preparar, leia no Capítulo 3 do Manual sobre o uso de técnicas teatrais.

Caso os/as participantes já tenham feito uma atividade de dramatização, por exemplo, na atividade B3, vá direto do passo 9 ao passo 14.

Passos a seguir:

1. Coloque as informações a seguir no quadro, flipchart ou apresentação de powerpoint:

Entende-se por violência sexual o contato sexual não consentido ou ato contra a dignidade sexual por meio de intimidação, ameaça, uso da força ou aproveitamento de situação de vulnerabilidade, seja tentado ou consumado.

Quais são as palavras-chave ou elementos aqui? Discuta com o grupo: consentimento, dignidade da vítima, tipos de coerção, o que pode ser uma situação de vulnerabilidade etc.

2. Agora, coloque em um powerpoint ou quadro branco as definições da lei de violência sexual no Capítulo 2 deste manual, ou seja, o artigo 213 do Código Penal e a lei 13.718 de 2018.

- Que tipos de atos seriam incluídos nessa definição da Lei? O que a lei diz sobre as vítimas? Qualquer pessoa pode ser vítima de violência sexual? Existem vítimas especialmente vulneráveis?
- Quais são os papéis principais da polícia quando uma vítima denuncia violência sexual, especialmente um ataque recente?

3. Divida os/as participantes em grupos pequenos. Por que o nível de subnotificação em casos de violência sexual é tão alto? Por que as vítimas não vão à polícia? Peça aos grupos que discutam isso por cerca de 10 minutos.

4. Grupos relatam suas respostas e discutem pensando como é que cada um poderia contribuir para que a subnotificação diminua (garanta que as sugestões partam de como cada um pode contribuir para essa mudança – evitar colocar a ação da mudança no outro).

5. Peça aos grupos que façam sugestões sobre maneiras pelas quais a polícia pode ser sensível à vítima em todas as etapas da assistência:

- Durante a chamada telefônica para o Central 190
- Ao responder a uma chamada - na residência da vítima ou em qualquer outro lugar
- Transportando a vítima
- Levando a vítima para prestar testemunho na delegacia
- Examinando a vítima no IML

- Reunindo evidências

- Manter a vítima segura e reduzir o trauma após o evento

Que tipos de perguntas a polícia deve fazer?

Que tipo de evidência é importante reunir e como?

6. Os grupos trazem suas sugestões. Essa discussão deve levar uns 20-30 minutos.

LEIA MAIS: Capítulo: “Núcleo de Atendimento Especial à Mulher, Criança e Adolescente (NAMCA)” na primeira Casoteca do Selo FBSP de Práticas Inovadoras de 2017. É um órgão da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE) com sala própria (Sala Lilás) para atender vítimas de violência, e oferece um atendimento humanizado.

ATIVIDADE DE EXTENSÃO: DRAMATIZAÇÃO

Os “icebreakers” que você está usando deixarão os/as participantes mais relaxados/as. Agora, antes que eles/as apresentem uma cena, você precisa “aquecê-los/as” passo a passo - isso deve levar apenas 5 minutos. Algumas pessoas estão um pouco preocupadas com seu desempenho, mas essa técnica não requer habilidades de atuação. Os passos são muito simples e, como é feito em grupo, cada indivíduo contribui para o todo. Se alguém ainda está muito ansioso, pode escolher um papel “menor”, por exemplo, de “espectador”.

Sempre que você introduzir dramatização pela primeira vez em um curso, você deve usar essa sequência:

- Primeiro o grupo faz “cenas congeladas” representando uma ideia ou emoção.
- Em seguida, os membros do grupo decidem uma cena para representar e pensam quem vai desempenhar que papel. A primeira represen-

tação da cena será em silêncio. Isso coloca os/as participantes fisicamente na cena que criaram.

- Na próxima apresentação da mesma cena, cada personagem só poderá dizer uma palavra – o que introduz comunicação verbal e coloca os/as participantes emocional e mentalmente na cena.
- Por fim, a cena é desenvolvida pelo grupo com diálogo e movimento.

Nota: como você vai estar trabalhando com o grupo todo e estarão fazendo bastante barulho, certifique-se que conseguem te ouvir – use um microfone ou fique em pé numa cadeira – a não ser que sua voz seja naturalmente alta!

7. Coloque os/as participantes em grupos de quatro ou cinco. Eles/elas irão criar uma imagem congelada. Peça que criem uma representação coletiva da palavra “vergonha”. Dê a eles/elas um minuto ou dois para discutirem e ensaiarem. Depois peça que parem e, ao contar 3, cada grupo de uma vez vai criar a cena e os demais observam.
8. Agora peça que criem uma cena congelada da palavra “alívio” – repita como acima.
9. Peça aos grupos que pensem em uma cena na qual uma mulher vai a uma delegacia denunciar uma agressão sexual e é MAL tratada. Caso os/as participantes já tenham feito uma atividade de dramatização, por exemplo, na atividade B3, vá direto ao passo 14. As personagens devem ser a vítima, um/a vizinho/a ou parente, o/a delegado/a, escrivão/ã, psicólogo/a ou assistente social, a criança, possivelmente o agressor (talvez o marido tenha sido preso por estupro marital).
10. Assim que decidirem, devem representar primeiro uma cena “congelada”. Dê ao grupo 3-4 minutos para dividirem as personagens, montarem e ensaiarem a cena.
11. Assim que todos tiverem terminado, cada grupo apresenta sua “cena congelada” e os outros/as participantes observam. Pergunte: o que estão vendo? O que acreditam que está acontecendo naquela cena? O grupo que está apresentando mantém a cena congelada enquanto durar a discussão.

- 12.** Agora peça aos membros dos grupos decidirem uma palavra para cada personagem. Dê 1-2 minutos para decidirem. Em seguida cada grupo apresenta a cena congelada, com cada personagem falando sua única palavra.
- 13.** Peça aos grupos para trabalharem na mesma situação, agora encenada com movimento e diálogos. Enfatize que poderão mudar e repetir a cena. Primeiro devem encenar a situação em que a vítima NÃO é tratada com sensibilidade e dignidade. A tendência entre policiais é quererem demonstrar suas melhores práticas. Peça que comecem com o policial atuando de forma que não seria a ideal. Dê 5-10 minutos para os grupos desenvolverem suas cenas. Pensem nas piores maneiras em que a polícia pode tratar uma vítima de violência.
- 14.** Cada grupo apresenta sua cena enquanto os demais assistem. Ao final de cada cena peça aos/as “atores/atrizes” para congelarem.
- 15.** Peça que o público sugira mudanças na cena: como cada personagem deveria atuar? Se quiserem, eles mesmos podem substituir algum personagem ou entrar na cena como alguém novo. Peça ao grupo para encenar novamente com as mudanças. Mais uma vez pergunte se gostariam de modificar mais alguma coisa (o tempo que você vai ficar com cada grupo vai depender de quantos grupos você tem e quanto tempo tem para aquela sessão. No entanto, é muito importante para o processo que a audiência e os/as “atores/atrizes” sugiram mudanças e que elas sejam encenadas pelo menos uma vez).
- 16.** Repita esse processo com cada grupo de uma vez até que todos tenham apresentado e que os/as participantes tenham refletido e atuado sobre mudanças em todas as cenas.
- 17.** Ao final pergunte aos/as participantes como eles/as se sentiram nas cenas. Como aqueles que representaram as vítimas se sentiram em relação à forma que foram tratadas? Como se sentiram os/as que representaram os/as policiais nas diferentes versões da cena? E as outras personagens?

D. PRÁTICAS POLICIAIS E A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE PROTEÇÃO LOCAL

Nas atividades a seguir, faremos com que os/as participantes pensem sobre o que sabem em relação aos padrões de criminalidade em sua cidade/distrito, especialmente em relação à violência contra as mulheres. O crime e a violência, incluindo a violência contra as mulheres, não são distribuídos uniformemente pelo espaço da cidade. Certos crimes ocorrem em certas partes da cidade em horários específicos do dia e da noite. Os/as cidadãos/ãs certamente estão cientes disso, pois há lugares específicos nos quais eles preferem não ir. A polícia também está ciente disso, pois os dados criminais mostram a distribuição espaço-temporal de diferentes atos ilícitos.

A cidade também é dividida administrativamente pelo município para prestar serviços como saúde e educação, e pelas polícias que operam lá. Se houver polícia civil, polícia militar e guarda civil municipal que operam no município, provavelmente todos utilizam divisões territoriais distintas para suas instalações e alocação de recursos humanos. Portanto, haverá muito o que discutir nesta sessão e os/as participantes podem criar muitas “representações” diferentes.

Eles/as deverão identificar a polícia, a justiça e outras instituições e organizações que existem localmente e que podem fazer parte da rede de proteção. Com base nessas informações, os/as participantes podem identificar as boas práticas existentes.

Alguns exemplos de equipamentos que podem fazer parte da rede de proteção:

Centro de Referência de Atendimento à Mulher - oferece apoio psicológico e social.

Casa Abrigo - acolhe as mulheres e seus filhos e filhas em risco de morte e presta assistência psicológica e jurídica.

Casa da Mulher Brasileira - Integra no mesmo espaço serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres

CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social oferece ajuda psicológica e social para os casos de violência.

CRAS – Centro de Referência e Assistência Social – oferece ajuda psicológica e social.

IML – Instituto Médico Legal – realiza o exame de corpo de delito e outros exames periciais necessários.

Delegacia distrital/ Delegacia da Mulher

Ronda/Patrulha Maria da Penha (da Polícia Militar ou Guarda Civil Municipal)

Serviço de Atenção à Violência Sexual – oferece atendimento médico às mulheres que sofreram violência sexual.

ATIVIDADE D 1: MAPEANDO GÊNERO E VIOLÊNCIA NA SUA CIDADE

Breve descrição da atividade:

Os/as participantes exploram os diferentes padrões espaciais de uso da cidade por homens e mulheres, meninos e meninas.

Objetivos de Conhecimento e Competência:

Entender como os riscos de sofrer violência variam nos diferentes espaços da cidade / comunidade, dependendo de suas características pessoais e, talvez, hora do dia

Identificar a relação entre os padrões de risco espacial-temporal e a distribuição da polícia e outros serviços, e desenvolver estratégias para sincronizá-los melhor

Objetivo:

Ajudar os/as participantes a entenderem onde mulheres, meninas, homens, meninos e pessoas LGBT são mais propensos a serem encontrados na cidade, e quão seguros ou inseguros eles podem estar se sentindo naquele espaço

Duração: 30-60 minutos dependendo do tamanho do grupo



**Material:**

Flipcharts, canetões ou lousa branca e canetões apropriados

Um mapa da cidade em larga-escala (facultativo) – caso não tenha o mapa em papel, procure uma imagem do mapa da cidade na internet e projete para os/as alunos/as em sala de aula.

Cartolina (A2)

Marcadores coloridos ou papel colorido e cola

Tesouras

Dicas de preparação/facilitação:

Mantenha os mapas que serão criados pelos/as alunos/as e os pendure nas paredes da sala de aula. Eles serão úteis para os exercícios seguintes.

Passos a seguir:

1. Explique que na atividade seguinte eles/elas vão observar como os papéis de gênero influenciam nosso cotidiano na cidade. Levante o mapa da cidade no flipchart (ou projete a imagem na lousa ou parede). Peça aos/às participantes para sugerirem onde na cidade eles vão encontrar mulheres ou meninas, ou homens e meninos em determinados momentos do dia. Por exemplo:
 - um parque ou campo de futebol - durante a tarde
 - um terminal de ônibus ou estação de trem - de manhã e à noite
 - o mercado - de manhã (quando o mercado abre)
 - uma rua movimentada com bares e restaurantes - à noite
 - fora das escolas
 - cafés/padaria/botecos durante o dia
 - em ônibus, ou transporte coletivo informal ou trens

- banheiros públicos
- uma pequena loja
- uma delegacia de polícia

2. Divida os/as participantes em grupos com cerca de 4 participantes e dê a cada grupo uma cartolina, tesoura, cola e canetas coloridas. Atribua um lugar para cada grupo para trabalhar no mapa. Eles devem reproduzir na cartolina o mapa da cidade. Você pode solicitar que todos os grupos trabalhem a cidade como um todo; ou cada grupo pode representar um bairro específico. Se os/as alunos/as forem de diferentes cidades, escolha aquela que for mais representativa.

3. Dê-lhes 30 minutos para trabalhar nos grupos. Peça-lhes para preencher (desenho, colorir ou usar cartão, cola, etc) características-chave do espaço para o qual foram atribuídos e identificar onde as mulheres / homens / meninas e meninos vão e o que estão fazendo (por exemplo, trabalhando, sentado, falando com os outros, vendendo alguma coisa, jogando). Peça que eles representem o horário e espaços onde os crimes ocorrem, especialmente as violências baseadas em gênero contra mulheres e meninas. Eles podem representar também a presença ou ausência de atores do setor público.

4. Depois, peça a cada grupo que apresente seu mapa para todo o grupo em no máximo 5 minutos. Analise os mapas:

- Onde os meninos e os homens se reúnem e por quê?
- O que acontece se meninas / mulheres vierem a este local? Como isso será percebido?
- Onde as meninas e as mulheres se reúnem e por quê?
- O que acontece se meninos / homens vierem a este local? Como isso será percebido?
- Que barreiras enfrentam as meninas / mulheres jovens quando querem acessar espaços onde os homens / meninos geralmente estão e por quê? Outros grupos também são excluídos dos espaços públicos?

- E quanto aos espaços privados?
 - Quais outros exemplos você pode dar a partir de suas experiências como policial?
 - Quais são os desafios do policiamento em responder a essa distribuição espaço-temporal da violência contra mulheres e meninas?
- 5.** Agora peça que eles/as retornem aos mapas. Eles/as conseguem colocar no mapa a localização de todas as instalações da rede de proteção existentes na cidade? O IML? A Casa da Mulher Brasileira? Delegacias da Mulher? Hospital (com Sala Lilás). Provavelmente o conhecimento que possuem a esse respeito será parcial. Por isso, incentive que conversem entre si para trocarem informações e utilizem a internet em busca daquelas que faltarem. Certamente sairão da atividade conhecendo melhor quais os principais problemas na cidade e que recursos estão disponíveis ou os que estão ausentes.



INTRODUÇÃO PARA A ATIVIDADE

O objetivo desta atividade é demonstrar a experiência do sistema de proteção local do ponto de vista de uma mulher vítima. Muitas vezes, a vítima gasta muito tempo e dinheiro atravessando a cidade acessando todos os serviços, especialmente se não houver Casa da Mulher Brasileira, onde todos os serviços estão em um único local. O envolvimento de várias agências significa que cada parte do sistema pode não ter certeza da sequência apropriada a seguir e do que cada agência ou ator faz. Faremos a atividade da jornada da vítima em “tempo real”, onde essas lacunas no conhecimento se tornam muito evidentes.

ATIVIDADE D 2: TRAÇANDO A JORNADA DA VÍTIMA

Breve descrição da atividade:

Essa atividade segue a jornada de uma mulher vítima de violência desde o primeiro contato com a polícia, através dos vários mecanismos do sistema de justiça e apoio. É feito como uma dramatização dinâmica.

Objetivos de Conhecimento e Competência e Atitude:

Compreender como a rede de proteção funciona

Compreender os pontos fracos da rede

Compartilhar conhecimentos sobre as diferentes partes dessa rede de proteção

Criar empatia pela vítima e sua jornada pelo sistema em busca de ajuda

Objetivo: Explorar até que ponto a polícia entende e conhece a rede local de proteção, como ela se conecta, qual seu papel e a sequência de assistência à vítima. A atividade identificará lacunas em seu próprio conhecimento sobre sua rede e a necessidade de protocolos uniformes para a polícia seguir em conjunto com outras agências da rede.

Duração: 2-3 horas





Material:

Cartolina e canetões

Baixe o Formulário de Avaliação de Risco em Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres (FRIDA) do site do FBSP e imprima cópias para os/as participantes

Dicas de preparação/facilitação:

Você precisa ter um espaço grande para que todo o grupo possa passar de “estação” para “estação”. Se a sala de aula não for adequada, talvez você possa usar corredores ou espaços no prédio onde está fazendo a capacitação. A sensação física de se deslocar de um lugar para outro reforçará a empatia com a vítima, que muitas vezes fica confusa com esse processo de deslocamento.

Ao final da atividade D2, você saberá quais mecanismos existem no município. Faça sinais grandes e visíveis com a cartolina que você possui e escreva com muita clareza todos os locais relevantes para onde a vítima pode ir ou pode ser levada. Comece com “Residência da vítima”, “Central 190” “Veículo policial”, “Delegacia (poderia ser da mulher)”, Hospital / Centro de Saúde, IML, Serviço de Atenção à Violência Sexual / Sala Lilás, Casa da Mulher Brasileira OU Casa Abrigo / CREAS / CRAS / CRAM, juizado etc.

No espaço que você usará representando a cidade e esses locais, cole as cartolinas na parede com fita adesiva. Deixe alguns metros entre as diferentes cartolinas para que o grupo precise se deslocar de um lugar para outro. Coloque a “residência da vítima”, a “190 ou 180 Central” e o “Veículo policial” em uma sequência, uma após a outra. As outras cartolinas podem ser colocadas onde você quiser.

Passos a seguir:

1. Comece com o grupo inteiro na primeira “estação”, que é a residência da vítima. Explique que o grupo pode pedir para parar a cena a qualquer momento e que a ação possa ser repetida, mas com modificações.
2. Peça que um/a voluntário/a seja o/a atendente de chamadas da Central 190. Ele/ela se senta ou fica embaixo da cartolina/cartaz “Central de Polícia”.

3. Um/a dos/as facilitadores/as (ou um/a participante que você tenha preparado antes) faz o papel de vítima. Pense em um cenário que introduz vários elementos de vitimização e vulnerabilidade. Use o formulário FRIDA (Formulário de Avaliação de Risco em Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres) para decidir quais elementos incluir no cenário.
4. A vítima telefona para a Central. “Olá, essa é da polícia? Por favor, venha depressa, meu marido está fora de casa e estou preocupada que ele volte e faça o que fez ontem à noite.”
5. O/a atendente de telefone responde. Talvez ele/ela apenas peça o nome e o endereço e prometa enviar um carro da polícia. Pare a ação: pergunte ao grupo - que perguntas ele/ela poderia ter feito à vítima? Por exemplo: “o que seu marido fez com você ontem à noite? Você está sozinha?”
6. Repita a cena. A vítima telefona para a Central e o/a atendente responde: “O que seu marido te fez ontem à noite”? Não quero dizer por que tenho uma criança pequena aqui agora, mas foi horrível. Por favor, venha depressa.”
7. Pare a ação novamente e pergunte aos/às participantes novamente: Por que ela não diz o que o marido fez? (ela foi estuprada e não quer dizer isso na frente da filha pequena; ela também está grávida). Que outras perguntas o/a atendente deve fazer antes de enviar o carro da polícia? (possivelmente: há crianças em casa? Ele sabe que você ligou para a polícia? Ele tem uma arma? Etc).
8. Repita a cena, desta vez com o/a atendente da Central 190 fazendo mais perguntas para obter as informações. O carro da polícia é enviado.
9. Próxima cena: o carro da polícia (poderia ser da Polícia Militar ou Guarda Civil Municipal) chega - peça dois/duas voluntários/as para serem os/as policiais. Eles/as se aproximam da casa da vítima, batem na porta e depois tocam a cena. Quando achar apropriado, pare a cena. O que o público pensa? Os/as policiais estão fazendo as perguntas corretas? Se a vítima relutar em falar na frente da filha, talvez um/a policial possa levá-la para outro quarto?
10. Informe o grupo sobre o FRIDA. Distribua cópias das perguntas do FRIDA para todo o grupo. Dê-lhes um momento para ler.

- 11.** Agora repita a cena e os/as policiais farão as perguntas à vítima. Você pode introduzir mais personagens voluntários, se desejar, pode ser um vizinho ou parente, filhos, etc.
- 12.** Depois que a cena é reproduzida, ela vai até o veículo da polícia. Pare a ação. Qual é a prioridade agora para a polícia? Em relação à vítima? Em relação ao agressor?
- 13.** A polícia agora a leva para ... o grupo decide, dependendo da localidade e de suas necessidades. Poderia ser à Delegacia da Mulher, ou Delegacia comum, ou ao hospital devido ao estupro. O grupo decidirá em cada estágio para onde a vítima deve ser levada. Uma vez que a Guarda Civil Municipal ou a Polícia Militar a leve à Delegacia, a responsabilidade dela termina por enquanto. Em cada local onde a vítima vai, peça a um/a voluntário/a que faça o papel, por exemplo, de um/a médico/a, um/a perito/a, um/a psicólogo/a, um/a delegado/a. Em cada “estação”, é útil que o/a ator/atriz voluntário/a cometa um “erro” na maneira como lida com a vítima (podem ser situações que já viveram ou testemunharam em sua vida profissional). Por exemplo: a perita diz: “Ô! a delegacia escreveu seu nome errado no formulário. Você precisa voltar para a delegacia e corrigí-la, depois volte aqui.”

Certifique-se de permitir tempo suficiente em cada “estação” para que a cena seja produzida e reproduzida. Pergunte aos/às “atores/atrizes” como eles/as estão se sentindo. Pergunte ao público o que eles estão vendo na cena e o que gostariam de mudar.

- 14.** Essa parte da atividade deve durar cerca de 60 minutos - mas, como os/as participantes estão em pé (andando de estação em estação), verifique se ainda estão envolvidos/as na discussão. Depois que a vítima chegar a todos os pontos da rede de proteção que o grupo julgar necessários, faça uma pequena pausa e depois peça aos/às participantes que se sentem em pequenos grupos e discutam o que eles aprenderam com este exercício.
- 15.** Os grupos compartilham o que discutiram - cerca de 20 minutos. Escreva em um quadro branco/flipchart todos os pontos que eles levantam sobre o fluxo de atendimento. Isso será útil nos próximos exercícios sobre o desenvolvimento de protocolos de atendimento e o desenvolvimento de uma rede de proteção eficaz.



INTRODUÇÃO PARA A ATIVIDADE

Várias polícias fazem o esforço de sistematizar suas práticas para que a experiência seja uniforme para as vítimas e para que todo o efetivo saiba o que deve fazer. Nesta atividade, os/as participantes partirão de alguns “protocolos” disponíveis que visam orientar os/as policiais de maneira mais sistemática. No site da FBSP, você encontrará links para vários “protocolos” produzidos por instituições policiais específicas ou por um esforço coletivo de compartilhamento de informações entre as instituições.

ATIVIDADE D 3: ANALISANDO PROTOCOLOS E DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO POLICIAL

Breve descrição da atividade:

Os/As participantes analisam os protocolos de “boas práticas” para lidar com a violência doméstica ou sexual. Eles/as então comparam sua própria prática diária na polícia para ver onde existem áreas que podem melhorar.

Objetivos de Conhecimento e Competência:

Ter ciência dos protocolos desenvolvidos por várias polícias para combater diversos tipos de violência contra as mulheres

Analisar práticas locais e desenvolver mecanismos apropriados para sua localidade

Objetivo:

Incentivar uma maior consistência na maneira como a polícia lida com a violência contra as mulheres, desenvolvendo protocolos relevantes localmente

Duração: 60 minutos

Material:

Flipcharts, canetões ou lousa branca e canetões apropriados

Baixe protocolos no site da FBSP e imprima cópias para os/as participantes.





Dicas de preparação/facilitação:

Mesmo se você estiver treinando apenas uma instituição policial, é útil ver os procedimentos que a outra instituição segue. Por exemplo, a Polícia Militar precisa saber o que acontece na Polícia Civil e vice-versa.

Passos a seguir:

1. Distribua os protocolos (isso pode ser feito no final da sessão anterior e eles são lidos antes da aula ou deixe 10 minutos no início da sessão para que possam ler).
2. Peça aos/às participantes dos grupos que discutam até que ponto suas próprias ações como policiais seguem estas etapas. O que existe localmente? O que teria que ser modificado nesses protocolos para se adequar à realidade local?
3. Feedback de todos os grupos - faça anotações em um quadro branco ou flipchart.

LEIA MAIS: Nas Casotecas do Selo FBSP você vai encontrar exemplos de boas práticas em protocolos para lidar com a violência sexual ou doméstica e para trabalhar com grupos vulneráveis, como por exemplo a experiência da Polícia Civil do Rio de Janeiro “Protocolo de Atendimento da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro às Mulheres Trans e Travestis vítimas de Violência”, e o “Plantão Policial Civil Metropolitana de Gênero de Teresina”. (Casoteca 2018).



INTRODUÇÃO PARA A ATIVIDADE

Para se preparar, leia no Capítulo 3 do Manual sobre a **avaliação apreciativa**. Para incentivar e estimular policiais a compreenderem a importância de seu papel na proteção de mulheres e meninas, é importante reconhecê-los/as como profissionais que podem pensar reflexivamente sobre suas próprias práticas e as de seus/suas colegas – “o que fizemos de certo ou errado?” “Como poderíamos fazer melhor?”. Quando os/as policiais identificam boas práticas entre si, reforçam o orgulho profissional em sua função protetora e trazem as boas práticas existentes para que a equipe possa aprender, replicar e ampliar. Aqui, adotamos uma abordagem de resolução de problemas e localização de soluções que se concentra nos ativos que existem, e não naqueles que não existem.

Nesta atividade incentivamos os membros do grupo a refletir tanto sobre o que eles/as, individualmente, quanto suas corporações, *estão fazendo bem*. Começar com uma pergunta positiva, e não negativa, faz com que os/as policiais se sintam valorizados como profissionais, em vez de criticados e na defensiva. Este é um reforço positivo poderoso.

Além disso, os/as policiais estão acostumados a serem criticados por todos. É uma experiência poderosa ser apreciada(o) por seus/suas colegas, pausar e considerar todas as conquistas positivas. Também será pedido aos/as participantes que identifiquem os recursos que eles já têm à sua disposição. Como você pode ver, estamos seguindo os dois primeiros passos do ciclo de investigação apreciativa, conforme explicado no Capítulo 3.

Em seguida, vamos para o exercício mais tradicional de examinar os problemas, esperando que a positividade do exercício de avaliação apreciativa estimule respostas criativas aos problemas estruturais, muitos dos quais são bem conhecidos – falta de policiais, falta de financiamento, falta de equipamento. Em vez de reforçar a resignação paralisante ou o desamparo perguntaremos: Como podem fazer melhor ou com mais alcance? Isso é fundamental para compreender como essas práticas evoluem e se desenvolvem e como os outros podem aprender com seus sucessos, limitações, possibilidades e obstáculos.

ATIVIDADE D 4: APRECIANDO E MELHORANDO SUA PRÓPRIA PRÁTICA POLICIAL

Breve descrição da atividade:

Os/as participantes refletem sobre o que individualmente e em sua unidade policial fazem bem em relação ao combate à violência contra as mulheres. Consideram quais recursos já estão disponíveis para fazer este trabalho e quais estratégias viáveis para melhoria

Objetivos de Competência e Atitude:

Ser capaz de refletir sobre as práticas pessoais e coletivas e identificar boas práticas, bem como áreas de melhoria

Pensar positivamente na capacidade de melhorar a prática pessoal e o desempenho corporativo

Objetivo:

Incentivar a apreciação positiva da prática policial atual, para que a melhoria pareça possível e alcançável

Duração: 90 minutos

Material:

Quadro branco, flipchart ou folhas grandes de papel que podem ser afixadas
Canetões coloridos

Dicas de preparação/facilitação:

Não deixe que os/as participantes insistam nos déficits que serão analisados no próximo exercício.

Passos a seguir:

1. Coloque os/as participantes em pequenos grupos de 4-5. Peça-lhes que pensem primeiro individualmente, e em silêncio, sua resposta à seguinte pergunta: “Dê um exemplo de algo que você fez com sucesso, como policial, que ajudou uma mulher ou menina que foi vítima de violência. Qual foi a situação, quais foram suas opções, o que você fez e por que acha que houve um resultado positivo?” Eles/as podem fazer anotações.

2. Peça que compartilhem suas experiências com o grupo: cerca de 20 minutos
3. Peça que cada grupo escolha um exemplo para compartilhar com o grupo todo.
4. Cada grupo apresenta um exemplo. Incentive o restante dos/as participantes a aplaudir e apreciar essas boas práticas e a fazer mais perguntas.
5. Em um quadro branco, flipchart ou papel, como facilitador/a, escreva as escolhas positivas e as razões do sucesso. Pode ser, por exemplo, que o policial tenha empatia com a vítima, conheça a lei, possa usar sua autoridade policial. Saiba onde encaminhar a vítima para obter assistência e assim por diante.
6. Peça que pensem primeiro individualmente e em silêncio, sua resposta à seguinte pergunta: “Pense em um caso em que, como policial, você teve a oportunidade de ajudar uma vítima de violência doméstica ou sexual, mas se sente insatisfeito/a com o que você fez ou não fez. Qual era a situação, quais eram suas opções, o que você fez e por que você acha que o resultado não foi ideal?” Eles podem colocar as ideias em um pedaço de papel, se isso ajudar.
7. Peça que compartilhem suas experiências com o grupo: cerca de 20 minutos.
8. Cada grupo apresenta um exemplo. Incentive o restante dos/as participantes a aplaudir e apreciar essas boas práticas e a fazer mais perguntas.
9. Agora podemos ver que a polícia geralmente ajuda as vítimas de uma maneira muito positiva, mas há espaço para melhorias. Nesta próxima etapa, os grupos identificarão:
 - Os recursos que já existem na localidade (espaço, recursos humanos, redes, apoio político ou financeiro)
 - Como os recursos podem ser construídos e desenvolvidos? Quais são os próximos passos importantes a serem seguidos

Peça que alguém do grupo faça anotações.

- 10.** Com todos os/as participantes, peça a cada grupo que apresente suas respostas e faça anotações em um flipchart ou cole na lousa ou parede as anotações feitas pelo grupo.



INTRODUÇÃO PARA A ATIVIDADE

A Lei Maria da Penha reconhece, no Título VII, a importância de uma rede integrada de agências e instituições (públicas, privadas e não governamentais) na resposta eficaz à violência contra as mulheres. Várias cidades desenvolveram com sucesso essa rede. Essa atividade foi projetada para fazer a polícia pensar sobre o que é necessário para construir uma rede eficaz qual seu papel nela. Existem alguns bons estudos de caso nas Casotecas do Selo FBSP de Práticas Inovadoras de redes locais de proteção porque as ações positivas tomadas pelos atores do setor policial e judiciário em todo o Brasil dependem do seu sucesso em trabalhar com parceiros locais.

ATIVIDADE D 5: CONSTRUINDO E MELHORANDO A REDE LOCAL DE PROTEÇÃO

Breve descrição da atividade:

Os/as participantes discutem os componentes necessários para uma rede local de proteção eficaz no enfrentamento da violência contra as mulheres e como a polícia pode trabalhar e incentivar essa rede.

Objetivos de Conhecimento e Competência:

Identificar os elementos-chave necessários para uma rede local eficaz
Identificar recursos e oportunidades existentes para desenvolver uma rede em sua cidade

Objetivo:

Compreender melhor os fatores que permitem a criação de redes locais de proteção efetivas e identificar as etapas necessárias para construir a rede em sua cidade.



Duração: 90 minutos

Material: Flipcharts, canetões ou lousa branca e canetões apropriados

Dicas de preparação/facilitação:

Sugerimos uma leitura (abaixo) especificamente sobre a construção de uma rede local. No entanto, você pode atribuir a leitura de outro estudo de caso e explorar com os/as alunos/as como a iniciativa descrita requer o apoio de muitos outros atores e agências.

Passos a seguir

1. Peça aos/as participantes para lerem o capítulo “Rede de Frente - Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica contra as mulheres - Barra de Garças e Pontal do Araguaia (MT)” na primeira Casoteca do Selo FBSP (2017). Está disponível on-line no site da FBSP. Peça que leiam antes da sessão - mas, se isso não for possível, dê a eles/as 20 minutos para ler silenciosamente no início da sessão.
2. Coloque os/as participantes em grupos de 4 a 5 pessoas e coloque as seguintes perguntas na tela em um powerpoint ou no quadro / flipchart:
 - Quais são os principais elementos dessa rede de proteção?
 - Por que é eficaz?
 - Que fatores permitiram que essa rede se unisse com sucesso?
 - Que desafios / fraquezas ainda enfrenta?
 - Quantos desses fatores positivos existem em nossa cidade?
 - Temos uma rede de proteção em funcionamento?
 - O que precisa ser melhorado nessa rede?

Deixe os grupos conversarem cerca de 15 minutos.

3. Com todos os/as participantes, peça a cada grupo que apresente suas respostas e faça anotações em um flipchart ou cole na lousa ou parede as anotações feitas pelo grupo.
4. Pergunte aos/às participantes como aprimorariam a rede de proteção local. Deixe os grupos conversarem uns 20 minutos.

Peça a um representante de cada grupo que reporte para todo o grupo - faça anotações em um flipchart / quadro branco.

LEIA MAIS

O Programa Mulher Protegida, estabelecido pelo Governo do Estado e a Segurança Pública da Paraíba, congrega a Secretaria da Segurança e da Defesa Social, seus órgãos operativos, a Secretaria da Mulher e Diversidade Humana, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública. (Casoteca 2019)

A Divisão Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) em Belém do Pará oferece um serviço integrado pois no mesmo espaço se encontra o Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA) e o Núcleo de Atendimento Especializado às Mulheres (NAEM), da Defensoria Pública do Estado, oferecendo assistência judiciária. O estabelecimento de fluxos de atendimento integrado garante que a vítima receba a MPU em menos de 24 horas. (Casoteca 2019)

INTRODUÇÃO PARA A ATIVIDADE

A capacidade da polícia de responder de forma adequada e eficaz às diferentes formas de violência sofridas por mulheres e meninas no Brasil é influenciada, inevitavelmente, pela cultura interna, valores, normas e práticas institucionais da polícia como instituição. As mulheres ainda são minoria nas polícias no Brasil, às vezes em uma minoria muito pequena. O espírito da polícia costuma ser bastante machista e sexista. Na polícia, como no

resto da população, há policiais que cometem ou sofrem violência sexual e doméstica. A polícia será mais eficaz no combate à violência contra as mulheres quando houver apoio político e financeiro para esse trabalho na polícia, quando for oferecido melhor capacitação e quando procedimentos disciplinares internos demonstrarem tolerância zero à violência de gênero nas instituições policiais. Além de práticas institucionais consistentes que demonstrem que essa é uma questão cara: fornecimento de EPIs adequados, como por exemplo, os coletes balísticos femininos ou a possibilidade de ascensão profissional da mesma forma para homens e mulheres.

ATIVIDADE D 6: VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A CULTURA INSTITUCIONAL DA POLÍCIA

Breve descrição da atividade:

Os/as participantes compartilham experiências, como homens e mulheres, de estereótipos de gênero e normas culturais dentro da polícia. Identificam práticas e crenças que são obstáculos para que a polícia forneça serviços mais eficazes às vítimas de violência (inclusive aos/às colegas da própria instituição).

Objetivos de Objetivos de Competência e Atitude:

Analisar a cultura organizacional de suas instituições policiais a partir da perspectiva de gênero

Identificar áreas em que essa cultura tenha um impacto positivo ou negativo nas práticas policiais ao lidar com a violência contra as mulheres

Identificar mudanças que melhorariam a cultura organizacional e, portanto, a prática policial em relação à violência contra as mulheres

Objetivo:

Abrir uma discussão sobre sexismo e tolerância à discriminação, bullying e violência (especialmente contra mulheres) nas instituições policiais. Mudar a cultura institucional melhorará a prática policial.

Duração: 90 minutos



Material: Flipcharts, canetões ou lousa branca e canetões apropriados

Dicas de preparação/facilitação:

A questão sobre discriminação está posta. É possível que os policiais homens sintam que sofrem discriminação e é importante ouvir isso.

Passos a seguir:

1. Coloque os/as participantes em grupos, de preferência com uma proporção equilibrada de oficiais masculinos e femininos.
2. No powerpoint / flipchart ou quadro branco, faça as seguintes perguntas para discussão pelo grupo:
 - Os/as oficiais masculinos e femininas são tratados/as igualmente dentro da instituição? Se não, como essa discriminação se manifesta?
 - Como a violência sexual e doméstica é tratada dentro da corporação? O que acontecerá com um/a policial que é uma vítima ou que é um/a agressor/a?
 - Sua unidade / instituição policial apóia totalmente o trabalho da polícia sobre a violência contra as mulheres? Como é de suporte? Como isso não dá suporte?
 - Que mudanças organizacionais tornariam sua unidade / instituição policial mais eficaz no enfrentamento à violência contra as mulheres dentro e fora da polícia?
3. Peça aos grupos que discutam esses pontos, talvez fazendo anotações.
4. Peça a um representante de cada grupo que reporte para todo o grupo - faça anotações em um flipchart / quadro branco.

LEIA MAIS: Na Casoteca do Selo FBSP 2018, o estudo de caso “Programa de Instrução Lei Maria da Penha - Grupo Reflexivo Terapêutico para Homens” detalha como policiais militares e bombeiros do Distrito Federal, autores de violência doméstica, recebem apoio da instituição para mudar seu comportamento.

ATIVIDADE FINAL DO CURSO

Esperamos que até o final do curso, seus/suas alunos/as tenham uma melhor compreensão da natureza da violência contra as mulheres, da lei e de que contribuição a polícia pode dar para enfrentar esse problema social. Também queremos que pensem positivamente e saiam no final do curso com a determinação de fazer uma mudança, ainda que pequena, em sua própria prática pessoal como policial e na maneira como sua instituição policial atua.

Estas podem ser micro-mudanças, por exemplo: “Ouvirei melhor as vítimas de violência sexual. Não vou interrompê-los ou fazer perguntas inadequadas”. Ou eles poderiam tomar iniciativas que aumentassem o conhecimento de seus/suas colegas e de toda a equipe, por exemplo: “Vou agendar uma visita (sozinha ou com colegas) à Casa da Mulher Brasileira / Delegacia da Mulher / IML” ou “Vou convocar uma reunião de equipe com colegas para compartilhar o que aprendi neste curso.”

Foi essa determinação que levou às inovações inspiradoras apresentadas nas edições do Selo FBSP. Esta atividade destina-se a reforçar o senso de poder e agência pessoal dos/as participantes à medida que eles saem do curso. Essa é uma maneira de descobrir o que eles aprenderam e acharam úteis.

ATIVIDADE D 7: COMPROMETENDO-SE COM MELHORES PRÁTICAS E FAZENDO MUDANÇAS

Breve descrição da atividade:

Neste exercício, os/as participantes pensam em três mudanças factíveis que poderiam fazer em seu próprio trabalho.

**Objetivos de Competência e Atitude:**

Sensibilizar-se positivamente sobre sua capacidade, enquanto policiais, de fazer mudanças em suas práticas e instituições que beneficiarão as vítimas de violência

Identificar mudanças na prática que sejam realistas e viáveis

Objetivo:

Incentivar uma abordagem positiva à reforma e melhoria das práticas institucionais em relação à violência contra as mulheres

Duração: 45 minutos

Material: Cópias dos formulários de avaliação (no site do FBSP)

Dicas de preparação/facilitação:

Fazer com que escrevam e depois compartilhem publicamente suas intenções dá aos/às participantes mais propriedade e torna as mudanças / ações mais concretas e com probabilidade de ocorrer

Passos a seguir:

1. Certifique-se de que todos os/as participantes tenham caneta e papel. Nos primeiros 5 minutos, peça que pensem silenciosamente sobre TRÊS coisas que farão quando voltarem ao trabalho após este curso. Peça-lhes para anotá-las.
2. Depois que todos escreverem suas três ações, peça-lhes que os compartilhem com um/a ou dois/duas colegas.
3. Por fim, convide cada participante a ir à frente da classe e contar a todos as ações que pretendem tomar.
4. No final, aplausos coletivos para comemorar.
5. Agora, não esqueça que os/as participantes preenchem um formulário de avaliação - colete-os na sala de aula.





CAPÍTULO 5

PARA SABER MAIS





Esperamos que você tenha gostado do material disponível neste Manual e que tenha conseguido utilizar em sua instituição. Sabendo que a atividade de ensino é dinâmica e precisa ser atualizada com frequência, elaboramos uma página no site do FBSP (www.forumseguranca.org.br) com fontes para consulta de dados, pesquisas e recursos pedagógicos.

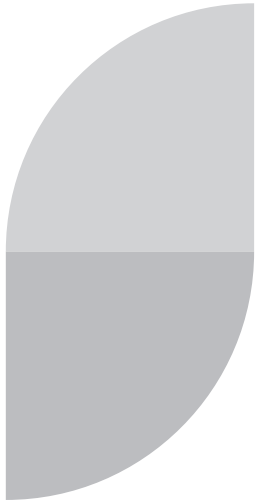
Queremos que seja um canal de comunicação permanente com vocês para que nos contem como está sendo utilizar o Manual e de que forma esse material pode ser aprimorado com a colaboração de vocês. Dessa forma, ele não se desatualiza e se aproxima ainda mais das necessidades que surgem no dia a dia do enfrentamento da violência contra mulheres e meninas.

Aproveitamos para agradecer os mais de 200 profissionais, entre policiais civis, policiais militares, guardas civis municipais e peritos/as forenses de diversos lugares do Brasil pela participação em nossas oficinas, em especial aqueles que participaram dos cursos em julho de 2019, na Academia da Polícia Civil de São Paulo (ACADEPOL) e na Academia Estadual de Segurança Pública (AESP) do estado do Ceará, que serviram de piloto para a elaboração desse Manual.

Desejamos a todos e todas uma linda e prazerosa jornada pelos caminhos da educação e da construção coletiva de conhecimento.











FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Uber

PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE POLICIAIS PARA O ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Uber

PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE POLICIAIS PARA O ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA